O Desenvolvimento Regional e sua Ciência

Jandir Ferrera de Lima

Núcleo de Desenvolvimento Regional
unioeste

© 2024 - Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

CONSELHO EDITORIAL DO NDR:
Claudia Cristina Wesendonck – UERGS/RS
Francisco André Perdersen Voll – SEED/PR
Jossel Borges dos Santos – UEFS/BA
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira – UQAR/Canadá
Sinival Osório Pitaguari – UEL/PR
Waldecy Rodrigues - UFT/TO
Yvan Desbiens – UQAC/Canadá

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Núcleo de Desenvolvimento Regional - NDR
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio
Programa de Pós-Graduação em Economia
Rua Guaíra 3141, Jd. La Salle - Toledo, PR, Brasil - CEP 85903220
https://www.unioeste.br/portal/campus-toledo/nucleos-toledo/ndr
Apoio: CNPQ – Processo 304604/2022-4 – PQ

O Desenvolvimento Regional e Sua Ciência
ISBN: 978-65-01-17875-2
DOI: 10.5281/zenodo.14001248

Revisão orto-gramatical:
Evelin Stefanie F. Andreolla
E-mail: evelinandreolla@gmail.com

Diagramação:
Marcio Alexandre Fragoso Machado
E-mail: marciofragoso@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferrera de Lima, Jandir

O desenvolvimento regional e sua ciência [livro eletrônico] / Jandir Ferrera de Lima. -- Toledo, PR : Ed. do NDR, 2024.

140P.:il.; 15x21cm

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-17875-2

1. Desenvolvimento econômico 2. Desenvolvimento regional 3. Economia 4. Integração regional I. Título.

24-231424 CDD-338.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desenvolvimento regional : Economia 338.981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

ISBN: 978-65-01-17875-2

Aos meus familiares

"(...) a Ciência tem invariavelmente seguido, e não precedido, a criação da própria Ciência"
John Stuart Mill

"O que é verdadeiro em lógica é verdadeiro no método científico (...)" - Karl Popper

SUMÁRIO

Apresentação 6

I Ciência do Desenvolvimento Regional: uma noção conceitual 11

II A produção do conhecimento na Ciência do Desenvolvimento Regional 21

III Ciência do Desenvolvimento Regional: notas sobre o seu objeto de estudo 38

IV O prisma econômico do desenvolvimento em escala regional 49

V Polarização e regiões sistema 53

VI Polos de competitividade e desigualdades econômicas regionais 76

VII Forças territoriais e valores regionais de desenvolvimento 101

VIII Integração regional e base econômica 115

Bibliografia 132

O Autor 139

APRESENTAÇÃO

"Um homem com uma nova ideia é um louco até que esta triunfa" – Mark Twain

O conjunto de textos que compõe essa obra, cuja temática de abertura recai sobre o desenvolvimento regional e sua Ciência, é uma modesta contribuição aos estudos regionais. Em especial, os textos possuem um viés econômico, haja vista a experiência do autor e tratam de temáticas que vão desde o desenvolvimento regional, enquanto objeto de uma "Ciência do Desenvolvimento Regional", até questões ligadas à dinâmica das regiões, em particular das economias regionais.

Consequentemente, no seu conjunto, os textos apresentam reflexões sobre a polarização econômica, as mudanças estruturais nas economias regionais, as especializações, as forças espaciais, sobretudo as territoriais, dentre outras. Com exceção do texto que trata de integração regional, os outros foram escritos ao longo do primeiro semestre de 2024.

Cabe registrar que o debate sobre o escopo científico e o surgimento de uma "Ciência do Desenvolvimento Regional" não

é inédito. Esta demanda afluiu na Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional (RBGDR) da Universidade de Taubaté (UNITAU). Recentemente, a discussão foi fomentada e publicizada por pesquisadores da Universidade do Contestado (UnC), a partir de uma edição especial da Revista Desenvolvimento Regional em Debate (DrD) e a publicação de um livro. O conteúdo foi norteado por um conjunto de entrevistas com diferentes pesquisadores brasileiros vinculados a Programas de Pós-graduação da área Planejamento Urbano, Demografia e Desenvolvimento Regional (PLURD) e sua percepção dos estudos regionais.

Com certeza, os textos aqui apresentados não esgotam o debate sobre a "Ciência do Desenvolvimento Regional" bem como sobre os mecanismos e elementos do desenvolvimento regional. Eles são um aporte a partir do prisma econômico, com o intuito de estimular discussões teóricas e empíricas acerca do processo de desenvolvimento nas regiões.

O conhecimento individual não se faz sozinho. Ele surge dos debates, das experiências, das vivências, dos encontros e dos diálogos com aqueles e aquelas que encontramos pelo caminho e, em geral, compartilham do mesmo objeto de estudo. Por isso, aproveito para registrar e agradecer a alguns mestres que

desempenharam papéis significativos em minha formação acadêmica: o professor Laudir Auozani, docente na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), foi um deles. Em 1994, ele me aconselhou a buscar e fazer o mestrado em economia por meio do processo seletivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC). Seguindo seu conselho conheci o professor Fernando Cardoso Pedrão do Programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que se tornou meu orientador durante o mestrado. A erudição e o conhecimento do Professor Fernando Cardoso Pedrão sempre me impressionaram. Em suas aulas tive a oportunidade de estudar textos de Gunnar Myrdal, Karl Popper e Thomas Kuhn, que referencio nesta obra. Apesar das diferenças de ideias e formações, nós sempre tivemos um diálogo muito profícuo.

A formação na graduação e no mestrado me trouxe para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e, na sequência, me levou ao doutorado no Canadá, onde fui orientado pelo professor Marc-Urbain Proulx, no Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Québec à Chicoutimi (UQAC). O conhecimento, o empirismo, a erudição e a qualidade da pesquisa e escrita do professor Proulx são

excepcionais. Sob a sua direção consegui avançar na contribuição da Geografia e modelizar qualitativamente minhas ideais e compreensões sobre a economia regional e, em especial, do desenvolvimento regional.

Além dos docentes mencionados, aproveito para registrar a amizade e reconhecimento a André Joyal, Jules Dufour (*in memorian*), Honorato Tessier Fuentes (*in memorian*) e Yvan Desbiens, também docentes na época de meu doutoramento. As conversas, leituras e convivência com esses pesquisadores em muito contribuíram na minha formação.

Também registro meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiaram minhas atividades de pesquisa e/ou formação em diferentes períodos de minha carreira.

Por fim, mas não menos importante, registro meus agradecimentos e admiração aos colegas e as colegas do Colegiado de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) campus de Toledo, que além de capitanear dois Programas de Pós-graduação (Desenvolvimento Regional e

Agronegócio; Economia) e uma Graduação (Economia) também fizeram da UNIOESTE uma referência na Ciência Regional Brasileira. Os diálogos, as conferências e o ambiente acadêmico propiciado por esses colegas me influenciaram sobremaneira e enriqueceram intelectualmente ao longo dos nossos anos de convivência.

I

CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA NOÇÃO CONCEITUAL

Discutir a possibilidade ou a existência de uma "Ciência do Desenvolvimento Regional" nos remete a compará-la com a Ciência Regional, que emergiu nos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XX, por um grupo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, capitaneados por Walter Isard. Esse grupo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento tinham em comum o mesmo objeto de pesquisa: a região ou o fenômeno regional.

Walter Isard[1], nos primórdios dos anos 1960, apresentou a Ciência Regional como um campo do saber das Ciências Sociais, que se ocupava do espaço regional e dos sistemas de regiões. Mesmo que a Geografia também se ocupe desses objetos, a Ciência Regional tinha como tarefa principal discutir a "interdependência espacial resultante da interação de forças sociais, econômicas, políticas, legais e outras", isto é, focar em todos os elementos que impactassem naquilo que o autor considerava a essência da Ciência Regional: "mudança, crescimento, declínio e projeção, a interdependência" dos recursos, das aglomerações, da população no espaço regional, com abordagens tanto comportamentais quanto mecanicistas. Como um campo do saber, a Ciência Regional estava avançando para além das ferramentas concebidas nas Ciências Sociais, ao propor novas abordagens metodológicas e analíticas. Ou seja, ela avançava para se tornar efetivamente uma "Ciência", como "uma disciplina distinta das Ciências Sociais com um núcleo único e uma combinação de assunto, intenção e abordagem" [2].

[1] Walter Isard (1919-2010). Economista americano considerado o fundador da Ciência Regional.

[2] Tradução livre de ISARD, W. (1960). The scope and nature of Regional Science. *Papers in Regional Science*, *6(*1), 09, 10, 18 e 33. https://doi.org/10.1111/j.1435-5597.1960.tb01698.x

O espaço regional, enquanto objeto da Ciência Regional, é uma estrutura limitada, um espaço geográfico subnacional, com características internas comuns, mas por vezes muito diferentes de outros espaços geográficos subnacionais, que ocupam o território de uma mesma nação. Essas diferenças são delineadas tanto no aspecto geográfico quanto no econômico e social.

No sentido geográfico, as diferenças físicas entre os espaços regionais não são necessariamente um problema, pois inferem singularidades, especificidades e até potencialidades de cada região. Ele remete as características físicas, tais como relevo, hidrografia, clima. Por outro lado, quando se apontam diferenças regionais no sentido socioeconômico, estamos evidenciando desigualdades em termos de capacidade de produzir, empreender, acumular capital, gerar e distribuir riqueza entre os cidadãos e as diferentes aglomerações. Nesse caso, está se discutindo o espaço econômico regional.

Ao chamar a atenção para o sistema de produção e distribuição de riqueza e seus rebatimentos sociais, o espaço econômico regional surge como resultado da ação humana e suas interações com o meio. Ou seja, a região mescla geografia e as formas de acumulação de riqueza. O espaço físico e a economia

se relacionam dialogicamente, remetendo a transformações sociais e a ação de elementos endógenos (internos) e exógenos (externos).

Contribuição da Ciência Regional

Tendo a região como objeto de pesquisa e análise, a Ciência Regional produziu diferentes estudos e contribuições na teoria da localização e nas chamadas teorias do desenvolvimento regional para explicar as relações entre espaço geográfico e econômico e seus rebatimentos sociais.

Enquanto as teorias da localização usavam principalmente conceitos mais ortodoxos da economia e da geografia, com o intuito de explicar os elementos que influenciavam na posição das atividades produtivas no espaço, a abordagem do desenvolvimento regional avançou nos seus primórdios de forma mais heterodoxa e multidisciplinar. Ela forneceu diferentes contribuições para compreender a região, seu objeto de análise. A partir das teorias do desenvolvimento regional diversos conceitos como polarização, corredores de

desenvolvimento, distritos industriais, regiões de aprendizagem, sistemas e arranjos produtivos locais, dentre outros, permearam o debate entre os regionalistas nos últimos setenta anos.

Atualmente, há quatro paradigmas que estão em voga e estão sendo discutidos nos estudos regionais: o neoregionalismo multiforme, ou seja, regiões com *status* de autonomia em relação ao estado-nação, formando regiões-estado; o neocomunitarismo ou localismo, que se apresenta num aspecto mais local, em bairros, vilas rurais, áreas comunitárias de extração de recursos naturais, que reflete a coesão social e o reforço dos valores e identidades locais; as aglomerações urbanas, em especial as metrópoles, em suas diferentes escalas, que formam mais e mais redes de cooperação, competição e complementaridade, interligadas e reforçando as hierarquias urbanas; e, os novos distritos industriais, baseados na cooperação entre centros de pesquisa e empresas, localizados em áreas urbanas ou rurais, formando aglomerados de produção e inovação[3].

Além disso, evoluções mais recentes das teorias da localização e do desenvolvimento regional decorreram das contribuições da "Nova Geografia Econômica". Nos seus

[3] PROULX, M.-U. (2004). Les ressorts de la régulation territoriale : essai. *Lien Social et Politiques*, *52,* 151–159. https://10.7202/010597ar

postulados, o perfil da concorrência e a possibilidade de rendimentos diferenciados entre as regiões, no que tange a exploração dos recursos é a base da importância que o espaço "joga" no desenvolvimento econômico e regional[4].

Outros aspectos importantes na proposição da Nova Geografia Econômica foram o uso e integração de diferentes modelos da interpretação econômica, quais sejam: o modelo *Dixit-Stiglitz*, o modelo de *icebergs* de Paul Samuelson, os modelos de equilíbrios múltiplos de mercado e as contribuições da história econômica[5].

O modelo *Dixit-Stiglitz* utiliza como elemento principal para o crescimento das nações e regiões o poder de monopólio das empresas. Para que a região avance por meio da ação da empresa monopolística, algumas situações são necessárias, tais como: o livre mercado, a livre mobilidade da força de trabalho, a livre mobilidade de empresas interregionalmente, a existência e possibilidade de substituição de produtos, o que reforça a

[4] KRUGMAN, P., FUJITA, M., & VENABLES, A. (1999). *The spatial economy: Cities, regions and international trade.* Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
[5] KRUGMAN, P., FUJITA, M., & VENABLES, A. (1999). *The spatial economy: Cities, regions and international trade. Cambridge*, Massachusetts, The MIT Press, p. 05-42.

concorrência e diminui a possibilidade de lucros extraordinários. Essa situação exige muita competitividade das empresas.

O modelo *icebergs* de Samuelson trabalha com a hipótese da livre mobilidade dos bens, mas estes se fundem no espaço. Isso quer dizer que os bens têm suas partes transformadas ou juntadas em diferentes espaços regionais antes de chegar ao consumidor final. Ou seja, a adição de valor de um bem não ocorre unicamente em uma região, mas em diferentes espaços regionais integrados numa estrutura de produção. Assim, o perfil da livre mobilidade de fatores de produção, dos custos logísticos e de rendimentos decrescentes acelera ou a atrasa a escala das aglomerações.

E a história econômica, que se torna útil para explicar os "acasos" no processo de desenvolvimento, como daquelas regiões esquecidas pelas empresas monopolísticas, ignoradas pela globalização dos mercados, mas que conseguiram avançar e evoluir formando territorialidades e resistindo a polarização de centros maiores.

A partir dos modelos supracitados e das possibilidades de equilíbrios múltiplos entre os mercados, se faz a intersecção geografia e economia para desenvolver a "Nova Geografia

Econômica" e explicar o surgimento e a evolução dos lugares centrais num ambiente de globalização e integração de mercados regionais. Com essa nova abordagem da localização, se tenta explicar o porquê o desenvolvimento econômico surge concentrado em algumas regiões e lugares em detrimento de outras.

A "Nova Geografia Econômica" relançou as tendências do pensamento ortodoxo focadas na modelagem e no mecanicismo da dinâmica do espaço econômico, bem diferente da heterodoxia que imperou na Ciência Regional nos seus primórdios. Isso levou a uma "crise" identitária na Ciência Regional, em especial na Europa, diminuindo sua perspectiva inter e multidisciplinar. Isso colocou a Ciência Regional diante da necessidade de revitalização. Para tanto e para relançar a Ciência Regional sugere-se: a oferta de cursos relacionados à economia e Ciência Regional, como foco nos desafios reais e atuais de gestão das regiões; a colaboração interdisciplinar, como força motriz para compreender territorialidades e estimular o diálogo entre diferentes campos da Ciência; aceitar novas contribuições, reconhecer as limitações de conceitos, mas também valorizar as contribuições dos pioneiros dos estudos regionais; e, avançar

para além de paradigmas repetitivos buscando inovações conceituais e metodológicas em torno do seu objeto comum[6].

***

Apesar da sua contribuição sobre as relações entre economia, sociedade e espaço em diferentes escalas (cidades, região, território), a Ciência Regional demonstrou que tratar exclusivamente de questões locacionais é insuficiente ou até ineficaz para explicar o desenvolvimento regional na sua totalidade, o que reforça mais ainda a necessidade de um debate inter e multidisciplinar. Outras questões como a aprendizagem, o pertencimento, as relações de poder, dentre outros, têm um papel no processo de desenvolvimento, o que robustece a discussão territorial, que é uma mutação da Ciência Regional e se apresenta a partir dos anos 1980[7]. Assim, o objeto da Ciência Regional deveria avançar para além da perspectiva "espaço regional", mas incorporar elementos das discussões territoriais.

---

[6] CAPELLO, R. (2016). Il futuro delle Scienze Regionali tra crisi e opportunità. *Eyesreg - Giornale di Scienze Regionali*, *6(*4), 96-98.

[7] CLAVAL, P. (2008). Espace et territoire: les bifurcations de la science régionale. *Géographie, Économie et Société*, *10(*2), 157-184. https://10.3166/ges.10.157-184

JOYAL, A. (2019). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). *Informe GEPEC*, *23,* 191–209. https://: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

Diferente do foco e objeto da Ciência Regional, que é o espaço regional e dos sistemas de regiões, o objeto de uma Ciência do Desenvolvimento Regional se expande para além disso, pois ela trata mais especificamente de um fenômeno que ocorre na escala da região e seus desdobramentos, qual seja: o fenômeno do desenvolvimento. Esse processo é observável, possui aspectos tangíveis e intangíveis bem como ocorre em escala regional e territorial. Como pode ser percebido, ele também pode ser mensurado, descrito e explicado por teorias e métodos científicos, que por sua vez demandam lógica e comprovação empírica. Ou seja, uma Ciência do Desenvolvimento Regional não está imune às regras que se aplicam às Ciências Sociais Aplicadas para discutir e explicar os fenômenos, que no caso é o processo de desenvolvimento que ocorre em escala regional e seus desdobramentos.

II

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No caso da Ciência do Desenvolvimento Regional, a sua noção conceitual aponta que é um estudo do fenômeno de desenvolvimento em escala regional. Mas, esse fenômeno se dá em um espectro, ou seja, com propriedades e características observáveis de forma visual e/ou mensuráveis dispostas conforme sua magnitude. Então, cabe refletir sobre o caminho e os procedimentos metodológicos para a sua compreensão e a sua análise. Consequentemente, a Ciência do Desenvolvimento Regional não pode ser alicerçada em crenças e mitos, mas em teorias baseadas em fatos, evidências e provas que possam ser verificados, percebidos, fundamentados e inferidos. Nesse caso, salvo melhor interpretação, os métodos lógicos, que

usam o raciocínio e abstrações, parecem ser os mais adequados para tratar o objeto de análise. Os métodos lógicos partem da lógica, que é a arte do raciocínio, do entendimento.

Isso remete a afirmação de John Stuart Mill[8] de que "(...) a Ciência tem invariavelmente seguido, e não precedido, a criação da própria Ciência". Ou seja, a ela não surge por mera vontade particular, mas é construída ao longo do tempo com foco, objetividade e lógica a partir do conhecimento acumulado e da explicação do seu objeto. Uma Ciência em particular adapta e/ou desenvolve teorias e procedimentos lógicos sistematizados, que lhe são próprios e a diferem de outras ciências. Esses procedimentos lógicos remetem a indução e a dedução.

Lógica indutiva

A arte da lógica não pode ser aplicada de forma intuitiva, mas por meio de inferências. A verdade de uma proposição é afirmada em efeito de sua ligação com outra(s) já comprovada(s) como correta(s). Se conclui uma proposição de outra, já

[8] John Stuart Mill (1806-1873): filósofo e ensaista britânico. Autor de textos metodológicos e econômicos.

corroborada com o rigor das premissas, ou seja, de onde se parte para organizar o raciocínio. Então, a lógica é um modelo de raciocínio que conduz, permite, mas também surge de inferências. E é a lógica indutiva a responsável pela inferência que advém das provas, das percepções das verdades evidentes e não evidentes a partir de fatos individuais. As verdades perceptíveis são os acontecimentos e fenômenos conhecidos e aceitos pela comunidade científica. Então, a indução é "a operação de descobrir e provar proposições gerais"[9], sendo o geral um somatório de eventos ou princípios científicos particulares, individuais.

A forma como o fato é tratado na análise, aqui definida como estudo das partes que compõem um conjunto, dependerá do conhecimento e dos instrumentos disponíveis para a argumentação do(a) cientista. Ou seja, a indução ocorre por inferência a partir do conhecido para perceber e descortinar o desconhecido. A inferência também pode ser usada para um agenciamento de acontecimentos conhecidos e já provados, com o intuito de sistematizá-los, mas não simplesmente descrevê-los em termos gerais. Nesse caso, uma descrição só tem sentido

[9] MILL, J. S. (1979). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos.* (2ª ed.) Coleção Os Pensadores, *XXXIV,* 165. Nova Cultural.

quando se aplica uma nova concepção aos fatos inferidos e observados, o que geralmente surge da experiência e da própria sucessão do fato ao longo do tempo[10].

No estudo do desenvolvimento regional, as condições que o antecedem e a ordem da sua sucessão ajudam a inferir suas verdades e conclusões. Ao se observar o(s) antecedente(s) se chega ao consequente, que é o seu resultado ou explicação plausível para o fenômeno. O antecedente e o consequente são causais, provocam e são provocados, se relacionam entre si. O resultado que se infere das relações de causa e efeito depende também de outras premissas que são usadas ao se observar o próprio fenômeno e estabelecer suas causas. Então, a raiz da indução são as causas, as condições positivas e negativas que antecederam a consequência. Para John Stuart Mill "a verdade de que todo fato que tem um começo tem uma causa é coextensiva a toda a experiência humana" e "a causa de um fenômeno é a reunião das suas condições"[11].

---

[10] MILL, J. S. (1979). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos.* (2ª ed.) Coleção Os Pensadores, *XXXIV*. Nova Cultural.

[11] MILL, J. S. (1979). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos.* (2ª ed.) Coleção Os Pensadores, *XXXIV*, 185-186. Nova Cultural.

Por mais abstrata que seja a ideia, apresentada sob a forma de teoria, em algum momento quando se apresentam as condições, ela precisa ser confrontada com os fatos concretos da realidade para testar sua veracidade[12]. Isso não significa que após a fundamentação e explicação o fato teve a explicação definitiva. Tanto ideias quanto crenças podem não corresponder a realidade ou apenas num determinado período do tempo. Assim, à medida que a sociedade muda, avança e evolui ao longo do tempo histórico, as interpretações dos fatos ligados à essa ela e sua forma de organização também podem sofrer evoluções e mudanças. Por consequência, a Ciência não pode ser estanque, vedada a novas proposições, a novos confrontos de ideias.

Lógica dedutiva

Karl Popper[13] critica a indução positivista e defende o teste dedutivo das teorias, qual seja: a construção e a comparação lógica das conclusões teóricas com outras teorias, não somente

[12] MILL, J. S. (1979). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos.* (2ª ed.) Coleção Os Pensadores, *XXXIV*, 85-88, 130-148. Nova Cultural.
[13] Karl Popper (1902-1994): filosofo austríaco. Autor na área de metodologia da Ciência e fundador do racionalismo crítico.

empiricamente, refutando redundâncias, repetições e regularidades.

A lógica dedutiva se opõe as crenças nas regularidades, ou seja, que a repetição de um evento permite inferir que ele vai ocorrer sempre da mesma maneira. A experiência em perceber de forma frequente a mesma regularidade do fenômeno leva muitos cientistas a crerem que sempre se produzirá o mesmo resultado. Essa forma de pensar é condicionada pela associação de ideias e hábitos. Nesse caso, se fere uma regra metodológica da investigação, qual seja: a Ciência é infinita e não se pode considerar os enunciados científicos como totalmente verificados e finitos. Por isso, o papel da lógica nas regras metodológicas é o de estabelecer critérios para a falseabilidade das teorias e das deduções que surgem desses testes, pois há enunciados que não podem ser verificados empiricamente num dado momento no tempo[14].

Para vencer as crenças, o problema que se está tratando deve ser visualizado de forma mais objetiva, num sistema de lógica que permita a falseabilidade "como critério de demarcação,

[14] POPPER, K. (1980). *A lógica da investigação científica.* Abril Cultural.

mas não de significado"[15]. Ou seja, se refuta o positivismo conclusivo da Ciência, na qual toda verificação empírica, que produza explicações para o fenômeno, é conclusiva. Mas, não se refuta o pensamento lógico.

Como Karl Popper afirma "o que é verdadeiro em lógica é verdadeiro no método científico (...)"[15]. Nesse caso, não há teorias universais até serem postas a prova de maneira lógica. Após essa prova elas podem ser aceitas ou refutadas, pois todas as leis ou teorias são hipóteses e suposições. Somente a experiência empírica ajudará a perceber a verdade e a falsidade dos fatos. Assim, a confrontação do objeto pensado com o objeto real permite explicar, mas também perceber problemas novos e novas teorizações.

A confrontação da teoria com o empírico, do pensado com o real, obriga a empregar ênfase nas refutações e tentativas de refutações para avaliarem até que ponto uma teoria pode ser corroborada e até que ponto a teoria pode ser falseada e refutada. Isso implica em formular teorias e deduções mais próximas da realidade que as anteriores, pois só pode ser aceita como um sistema empírico ou científico se possuir condições de explicar

[15] POPPER, K. (1980). *A lógica da investigação científica*. Abril Cultural.

os fatos. O que não significa refutar completamente teorias que não são capazes de formar um sistema científico empírico, pois os fatos podem mudar ao longo do tempo[16]. Além disso, há teorias que não podem ser postas a prova, porque não há condições empíricas para o teste. As condições de teste empírico podem mudar ou surgir com a evolução da própria Ciência e suas técnicas.

Diante do exposto, a adoção ou delimitação das ideias apenas com significado empírico e a exclusão daquelas sem significado é questionado. Não se pode excluir da Ciência leis gerais, mas deixá-la livre à razão humana, haja vista que a análise lógica de um fenômeno exige por vezes a observação seletiva lhe definindo fronteiras *à priori*. Com isso, a Ciência não é uma simples coleção de conceitos e enunciados, porque ela é evolutiva e não tem demarcação. Mesmo assim ela não deixa de ser empírica e objetiva. Ou seja, o conjunto de enunciados não devem ser últimos, mas devem ser passíveis de refutação e suscetíveis de serem testados em algum momento do tempo[17].

---

[16] POPPER, K. (1973). *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Oxford University Press.
[17] POPPER, K. (1980). *A lógica da investigação científica*. Abril Cultural.

Crítica a lógica indutiva e dedutiva

Thomas Kuhn[18] critica o positivismo da indução e o "negativismo" da dedução na Ciência, bem como a necessidade de testes empíricos constantes e a falseabilidade com outras teorias. Primeiro, porque na produção do conhecimento científico surgem anomalias, ou seja, irregularidades que a falseabilidade não capta; segundo, explicações encontradas nem sempre são perfeitas o que leva a teorizações incompletas e imperfeitas que estimulam significativamente a pesquisa científica numa certa "normalidade"; terceiro, como as teorias podem e são incompletas, elas levam apenas a uma aproximação do real, o que fatalmente levaria a refutação de quase todas as teorias; quarto, a ideia do confronto entre as teorias e sua falseabilidade "exigiria algum critério de 'improbabilidade' ou de 'grau de falsificação'", o que fatalmente levaria a novas dificuldades[19].

---

[18] Thomas Samuel Kuhn (1922-1996): físico, historiador e filósofo norte americano. Seus estudos versam sobre história da Ciência e o desenvolvimento científico.

[19] KUHN, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (3ª ed.) Editora Perspectiva.

Ao criticar a lógica indutiva e dedutiva, Thomas Kuhn vai mais além ao discutir a construção do conhecimento científico e da própria Ciência, pois há o conhecimento e a técnica científica. Ciência vai e deve ir além da acumulação de fatos, teoria e métodos próprios. Até porque mais de um conjunto de teorias pode ser usado para explicar fatos, o que remete a possibilidade da multi e interdisciplinaridade.

A Ciência deve ser mais que descritiva, mas também interpretativa, normativa e questionadora dela mesma à luz de conhecimentos diversos. Ora, então a criação do conhecimento na Ciência ou numa nova Ciência implica na mudança e transformações nas regras que explicam um conhecimento anterior (e mesmo suas técnicas), usado para explicar o fenômeno. Ademais, a Ciência está ligada a pesquisas recorrentes baseadas em conhecimento anterior, o que lhe caracteriza como ciência normal. Porém, em algum momento um novo conhecimento surge internamente e causa ruptura com explicações da Ciência em voga[20].

[20] KUHN, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (3ª ed.) Editora Perspectiva.

O questionamento e as novas interpretações geram desequilíbrios ao propor novas leituras com distinções lógicas e metodológicas elementares, rompendo paradigmas até então aceitos pela comunidade científica e criando outros ou revitalizando os abandonados. Ao agrupar pesquisadores usando e reproduzindo os mesmos conceitos, técnicas e intepretações desse novo conhecimento, eles formarão um novo paradigma e quem sabe até mesmo uma nova Ciência.

Nessa concepção a Ciência do Desenvolvimento Regional seria derivada, mas também uma ruptura com a normalidade da Ciência Regional. Ruptura porque indica uma crise, na qual os postulados e ferramentas da Ciência Regional não seriam mais suficientes para explicar o fenômeno do desenvolvimento em escala regional.

Então, a transição da aceitação de um conhecimento que explica o fenômeno para outro exige primeiro uma crise, na qual o conhecimento até então aceito não é mais suficiente para explicar o objeto e o(s) fenômeno(s) relacionado(s) ao objeto do qual trata. Na transição ocorrem as mesclas de explicações, coincidências, mas em geral com métodos e sistemas diferentes de afinidades com os anteriores. Ao final deste processo, a nova

Ciência trará novas concepções, métodos e objetivos ou uma nova forma perceptiva do seu objeto. A transição é uma revolução científica que gera e estimula novas pesquisas usando novos postulados inferindo novos paradigmas. Eles passam a fazer Ciência normal, agora com um novo conjunto de pressupostos e saberes fundamentados num novo (ou não) método. Se passara a um novo paradigma somente após o fracasso recorrente da ciência normal em explicar e fornecer respostas as anormalidades dos problemas empíricos, o que abre espaço a novas explicações e o surgimento de novos paradigmas[21].

O surgimento de uma nova Ciência e a produção de um novo conhecimento científico reflete a transição de paradigmas e uma reconstrução ou formação de uma nova área de estudos. Para isso, há a distinção entre Ciência normal, que implica repetições, testes e falseabilidades de teorias já existentes; e a de novos paradigmas, que implicam em uma nova visão do objeto de estudo e seus fenômenos, a partir do foco em problemas que provocam crises e geram novo conhecimento pelo seu não engajamento a concepções, regras e interpretações

[21] KUHN, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (3ª ed.) Editora Perspectiva.

convencionais. O surgimento de um paradigma implica a transição entre conhecimentos existentes para conhecimentos novos, explicações convencionais para novas explicações inovadoras[22].

A circularidade e etapas da produção do conhecimento na Ciência do Desenvolvimento Regional

Após os comentários sobre a indução, dedução e a noção de paradigmas, se percebe que a construção do conhecimento é passível de vários métodos e técnicas, desde que atendam o que se pretende do objeto e usem da lógica na construção do saber. Mais ainda, que os resultados sejam passíveis de serem verificados de forma sistemática. No caso da Ciência do Desenvolvimento Regional, ela abarca um leque amplo de possiblidades metodológicas, pois é evolutiva, inter e multidisciplinar.

A Ciência é um grande estudo sistemático, cujas possibilidades de fronteiras se definem ao longo do seu estudo e,

[22] KUHN, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (3ª ed.) Editora Perspectiva.

por vezes, o seu limite com as outras áreas do saber é vago, ainda mais se envolve conhecimento multidisciplinar. Este mantém sua individualidade ao se apropriar da experiência e de enunciados conceituais pontuais de vários ramos do conhecimento. Seu foco é usá-los como explicativos do seu objeto de estudo, criando por vezes condições de teste e refutação das interpretações puramente hipotéticas[23].

Então, a produção do conhecimento científico na Ciência do Desenvolvimento Regional implica numa circularidade, dividida em quatro etapas[24], quais sejam:

A primeira, é a teorização, que surge das perguntas e indagações sobre os fatos que ilustram o fenômeno, em particular, o que se busca dele.

A segunda etapa, são os feitos, pois direciona o pesquisador ou pesquisadora a visualizar as interpretações de outros ramos do conhecimento para suas perguntas e indagações, o que alude a multidisciplinariedade. No caso, as definições e

[23] HICKS, J. R. (1987). *La estructura social: una introducción a la economía.* (2ª ed.) FCE.
[24] HICKS, J. R. (1987). *La estructura social: una introducción a la economía.* (2ª ed.) FCE.

abordagens propostas por diferentes áreas do saber para o objeto que se está discutindo e o problema que se está tratando.

A terceira etapa remete aos elementos empíricos explicativos para as perguntas e fenômeno em estudo, ou seja, o teste e verificação empírica da teorização, o que exige do pesquisador ou pesquisadora o uso de procedimentos metodológicos quantitativos ou qualitativos que lhe deem as respostas e lhe permita validar totalmente ou parcialmente ou não a sua teorização.

A quarta etapa é a organização e sistematização das respostas surgidas da abordagem metodológica, após o tratamento das informações. É a etapa descritiva, analítica e aplicada de forma ordenada, que é oferecida a comunidade científica para sua avaliação. De um lado se tem a teorização no início do processo, de outro as respostas claras, fundamentadas pela realidade ao final do procedimento, com a validação pelos pares acadêmicos.

Diante do exposto, a criação de uma Ciência exige que ela ofereça respostas particulares e exclusivas para o seu objeto de estudo, mesmo congregando elementos conceituais de

diferentes disciplinas, e seja validada e aceita pelos especialistas da área.

***

Na observação do objeto de estudo, o raciocínio lógico não se interessa apenas pela relação somente entre as ideias, mas o confronto entre as ideias e o fenômeno, e o que ele expressa ao longo do tempo. Ou seja, a Ciência do Desenvolvimento Regional não é uma Ciência exata, pois suas interpretações não devem ser alheias a realidade e suas mudanças. Ela deve ser evolutiva. Nesse caso, uma "Ciência do Desenvolvimento Regional" estaria ligada à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, pois de um lado depende da natureza e da conduta humana individual e em sociedade num espaço subnacional geograficamente delimitado, aqui denominado de "região"; e, a forma como se relacionam com outras sociedades em outras regiões, formando um sistema de regiões, para estimular, manter, conduzir e gerenciar o processo que leva ao fenômeno do desenvolvimento.

A Ciência do Desenvolvimento Regional não precisa ter uma única ou a mais completa explicação para o fenômeno, porque: a explicação é mutável ao longo do tempo, em

decorrência das mudanças sociais e da mudança mental dos seus cientistas; ela pode ter nas diferentes comunidades e escolas do pensamento a ela vinculados uma explicação original e particular para seu objeto de estudo, gerando os seus próprios cânones; ela também não é estanque, pois deve ser propícia a sofrer mutações à medida que evolui o pensamento científico e o objeto a ela inerente. O desenvolvimento das regiões também sofre mutações em função das condições territoriais, ambientais e sociais. A construção e produção do conhecimento científico na Ciência do Desenvolvimento Regional deve ser progressiva, evolutiva e quiçá mutável.

Portanto, uma Ciência do Desenvolvimento Regional deve ter estreita ligação com outros ramos do conhecimento e necessita da interdisciplinaridade, ou seja, a capacidade de estabelecer relações entre áreas do conhecimento e construir explicações factíveis e objetivas para o seu objeto de estudo: o processo de desenvolvimento no âmbito regional. Então, cabe refletir mais detalhadamente a ideia de desenvolvimento em escala regional.

III

CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS SOBRE O SEU OBJETO DE ESTUDO

Como objeto de estudo, o desenvolvimento se apresenta como um fenômeno, ou seja, algo que é observável, explicável, que se manifesta e apresenta características que podem ser sentidas, experimentadas pela população em seu habitat. Então, não está se discutindo "qualquer desenvolvimento", mas aquele em específico que se apresenta no âmbito escalar das regiões: o desenvolvimento regional, que ocorre em um espaço subnacional. Como afirmou Jacques Boudeville[25] "Uma região

[25] Jacques Raoul Boudeville (1919-1975): pesquisador e economista francês, com pesquisas na área de polarização e desenvolvimento regional.

não pode ser definida isoladamente, mas proporcionalmente ao ambiente nacional a que pertence"[26].

Consequentemente, a região é um espaço geográfico limitado, mas que se relaciona com outros espaços, e abrange uma população em conjunto de uma escala específica. Além das questões geográficas e escalares, a região também envolve um espaço de vida delimitado pelos recursos e as condições de sobrevivência, com a presença de aglomerações humanas e características socioeconômicas específicas.

A região também é um produto das condições ambientais e sociais, que ocorrem no seu espaço geográfico e se refletem no seu modo de produção e na distribuição da riqueza material. Como as regiões diferem entre si, sejam nas características geográficas quanto socioeconômicas, elas também são diferentes em termos de progresso material e social fazendo com que algumas sejam mais atrasadas e outras mais avançadas. Ou seja, o desenvolvimento entre as regiões é perceptível, desigual, complexo, reflete o modo de produzir e de conviver e torna regiões atrasadas em regiões avançadas.

---

[26] BOUDEVILLE, J.-R. (1975). Polarization and urbanization. (The Canadian and French examples). *Économie Appliquée*, *28* (1), 218.

Já se percebe que o desenvolvimento reflete um estágio ou nível e advém de um processo. O estágio demonstra uma percepção da conjuntura regional ou das condições de vida em determinado momento no tempo. O estágio também reflete o desenvolvimento em modo estático, conforme a escala e as condições definidas para esse desenvolvimento num período do tempo.

Porém, ao se comparar o estágio em diferentes momentos no tempo, se percebe que o processo que conduziu de um estágio a outro vai mais além. O processo aponta os fatos, o artifício e as ações que fizeram com que a região evoluísse ou involuísse para outro estágio de desenvolvimento num período do tempo.

Como o processo de desenvolvimento pode levar à evolução ou involução, um novo estágio de desenvolvimento não implica necessariamente numa condição mais adiantada. Essa constatação demonstra que nem sempre a região progredirá para um estágio mais avançado em termos de condições de vida, estrutura produtiva e mentalidades, por mais que isso seja desejável, o que caracterizaria o seu desenvolvimento.

Ao longo do tempo, a região pode ficar estagnada, sem mudanças ou mesmo com poucas alterações significativas, caracterizando a inexistência ou um baixo nível de progresso e transformações socioeconômicas e ambientais. Por outro lado, também pode involuir no seu processo de desenvolvimento levando-a a uma realidade oposta, ao subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento regional não é em si uma fase, pois não há um avanço automático do subdesenvolvimento para o desenvolvimento e nem uma temporalidade específica para a transição entre ambos.

O subdesenvolvimento se caracteriza como uma situação particular na qual a região se torna altamente dependente e reflexiva ao movimento de outras regiões. Ela não consegue produzir um processo de desenvolvimento autônomo e mais equitativo. No aspecto intrarregional e inter-regional, também se ampliam as desigualdades internas e externas e não se produzem mudanças nas estruturas sociais que conduzam a melhores condições de vida para a sua população.

Em suma, o desenvolvimento regional surge como um processo complexo e multidimensional, que faz uma região em estágio atrasado evoluir e progredir para se tornar uma região em

estágio avançado ao longo do tempo. Esse processo pode ser gerado de duas formas ou até mesmo combinar duas formas, quais sejam: a forma endógena, por meio de mudanças e ações internas da própria comunidade capitaneadas pelos seus valores locais, pela liderança e empreendedorismo, seja individual ou coletivo; ou exógenas, por meio de ações externas capitaneadas por políticas públicas e/ou investimentos externos à região. Assim, se uma região chega a uma situação de subdesenvolvimento, mudanças endógenas e por vezes intervenções exógenas, por meio de investimentos e políticas públicas, são necessárias para conduzi-la a um processo virtuoso de desenvolvimento.

E, a Ciência do Desenvolvimento Regional se ocupa de estudar e tentar compreender esse processo chamado "fenômeno do desenvolvimento", com sua complexidade e multidimensionalidade, que ocorre nas regiões ao longo do tempo. Consequentemente, o oposto ou contraditório do desenvolvimento, o subdesenvolvimento, também é um objeto da Ciência do Desenvolvimento Regional.

O processo do desenvolvimento regional

O processo de desenvolvimento regional, quando torna uma região atrasada em avançada, consegue produzir mutações e transformações rumo a um novo estágio de desenvolvimento. Esse processo é não homotético. Ou seja, ele não é linear, não é equilibrado e não mantém a forma ou estrutura original das regiões, pois reflete mudanças e transformações estruturais na base econômica e social.

Se no processo de desenvolvimento regional as mudanças não são lineares e unidimensionais, então elas são cíclicas, multidimensionais, cumulativas e desequilibradas. Elas alteram e provocam turbulências nas estruturas produtivas e sociais, nas estruturas de poder, nas mentalidades, nos sentimentos de pertencimento e as acomodam num novo patamar.

Por alterar estruturas de poder, as mudanças demandam um pacto e a governança desse pacto entre os detentores do poder, a sociedade civil e os empreendedores. O que impele ao pacto e a governança são dois interesses: o de manter a geração de riqueza e o sentimento de pertencimento. Para grupos

externos à região, a ideia de pertença não é significativa, o que lhes atrai é o lucro, a rentabilidade do capital. Porém, para aqueles que vivem e tem certa ancestralidade na região, o sentimento de pertencimento reforça a ideia de produzir riqueza associada a manutenção e existência da própria região. Além do lucro há também um elemento que reforça a necessidade de um pacto social: o capital social, ou seja, a capacidade de associativismo e cooperação da comunidade. Isso não minimiza os desequilíbrios que o próprio processo de desenvolvimento traz em sua natureza.

Isto é, por ser um processo desequilibrado, o desenvolvimento regional exige gestão, monitoramento e planejamento das estruturas produtivas e sociais, para que possa manter mais estável e seus níveis de avanço ao longo do tempo. Ele exige o "pacto" e o arranjo entre a sociedade, as estruturas produtivas e o poder público a partir de regras formais e informais, criando o que se chama "ambiente institucional".

O ambiente institucional, como o próprio nome remete, é um espaço com regras e arranjos formais e informais, que regulam a relação entre as organizações, o poder público e

sociedade civil[27]. Aqui cabem duas definições importantes: a de organizações e arranjos institucionais. As organizações são entendidas como pessoas unidas por algum propósito ou trabalho. Elas possuem estrutura, regras e têm acesso ou associação com outras fontes de poder[28]. As organizações refletem o potencial do capital social. Já os arranjos institucionais são as regras, as normativas, os acordos, os acertos que permitem a colaboração ou associação entre organizações com interesses interdependentes[29].

Um ambiente institucional virtuoso propicia uma atmosfera adequada à formação de capital social e arranjos para as organizações se dedicarem a produção e ao comércio e o que surge dele: lucros, investimentos e empregos. Um ambiente institucional virtuoso também cria estabilidade, fortalece a produtividade dos fatores de produção e competividade dos agentes econômicos.

O pacto que cria um ambiente institucional assegura a estabilidade entre as relações humanas, reforça o capital social e

---

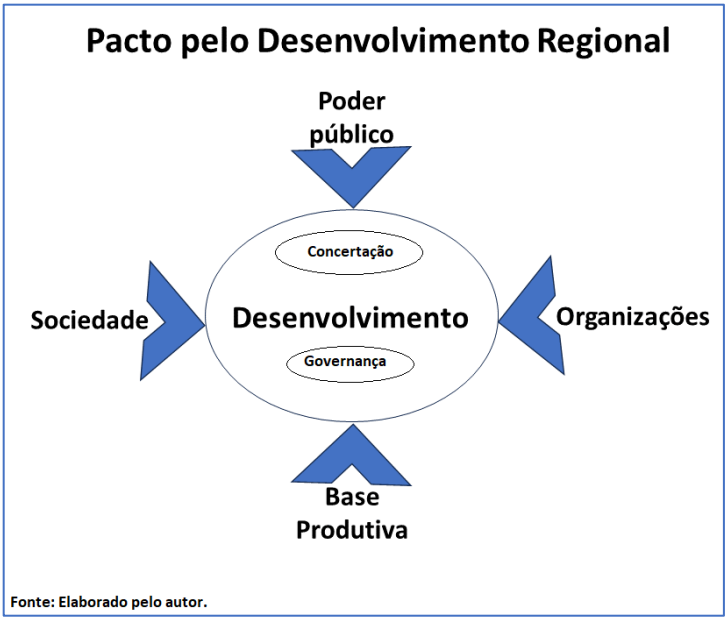
[27] NORTH, D. C. (1994). Economic performance through time. *The American Economic Review*, *84(*0)3, 359–368. http://www.jstor.org/stable/2118057.
[28] GALBRAITH, J. K. (1984). *A anatomia do poder*. Pioneira.
[29] SCOTT, W.R. (2008). *Institutions and organizations: ideas and interests*. (3ª ed.) Sage Publications.

as mudanças necessárias para alterar estruturas produtivas e sociais em prol do desenvolvimento.

Por vezes a concertação desse pacto não é visível, mas está presente como um arranjo institucional entre os diversos atores regionais para assegurar a transição para mudanças que conduzam a níveis mais altos de desenvolvimento. Esse arranjo pactuado é fortalecido pelos valores que permeiam a região, particularidades territoriais que incitam a cooperação e o pertencimento bem como alteram estruturas produtivas.

Alterar estruturas produtivas implica em alterar a forma como são alocados os fatores de produção (recursos naturais, trabalho, capital, tecnologia) para maximizar lucros, minimizar custos e melhorar as condições de emprego e renda. Alterar as estruturas sociais implica em flexibilizar e assegurar as condições de mobilidade entre as classes sociais, ou melhor, o acesso a melhores condições de vida, o acesso à posse dos meios de produção e o acesso ao poder. Consequentemente, ao longo do tempo ocorrem resistências, apoios, novos pactos, estímulos e retrocessos que atrasam, pausam ou aceleram o ritmo do processo de desenvolvimento regional, o que determina o caráter cíclico e multidimensional do próprio processo.

Figura III.1: Pacto pelo Desenvolvimento Regional



Resumindo: o pacto que cria o ambiente institucional em prol do desenvolvimento regional demanda uma concertação entre as lideranças públicas e privadas, o que garante a estabilidade ao longo do tempo, pois define e abona que "as regras do jogo" serão cumpridas. Isso por si só definem também as relações de poder e a governança do processo, por isso o aspecto institucional do processo de desenvolvimento. Isso se faz necessário, pois ao avançar na transição para o

desenvolvimento, não há garantias da manutenção desse novo estágio ou momento histórico, a não ser que seja um compromisso e pacto de sociedade. E esse pacto não precisa ser necessariamente escrito, ele é percebido e aceito na mentalidade e nas travas morais da sociedade.

IV

O PRISMA ECONÔMICO DO DESENVOLVIMENTO EM ESCALA REGIONAL

Se o processo de desenvolvimento regional fosse observado apenas pelo prisma econômico se notaria que após o seu *start*, uma região poderia apresentar crescimento econômico sem alterar suas estruturas econômicas e sociais ou mesmo sem resguardar o uso dos seus recursos e fatores de produção para as futuras gerações. Ou seja, nem todo pacto entre os agentes econômicos e sociais em prol do crescimento econômico reflete mudanças na base produtiva e no quantitativo da produção em benefício da população. Esse processo poderia se perpetuar ao

longo do tempo, mas também poderia alternar ciclos de crescimento e desenvolvimento ou ambos simultaneamente. Os ciclos, sejam eles econômicos ou sociais, refletem progressos diferentes, pois as sociedades e as estruturas produtivas possuem desigualdades inerentes ao seu funcionamento.

O progresso é e reflete a eficácia do desenvolvimento. A aptidão ao progresso depende da forma como os atores regionais, em seus valores e mentalidade, gera concertações que produzem, reproduzem e se minimizam as desigualdades econômicas e sociais, bem como "as alterações sobrevindas nos termos que traduzem as desigualdades" [30]. E as desigualdades e suas causas se influenciam mutuamente. Por exemplo: discrepâncias e deficiências constantes na qualidade e quantidade de capacitação profissional dos jovens tendem a produzir gargalos na ocupação e produtividade da força de trabalho a médio e longo prazo. Então, a deficiência na capacitação e qualificação dos jovens implica em deficiência de capital humano, que causa problemas de rendimentos e produtividade influenciando a competividade da matriz produtiva ao longo do tempo. A lição que se tira dessa percepção é de que o avanço e a

[30]PERROUX, F. (1963). A Ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo. *Análise Social*, *1(*2), 173-182.

qualidade socioeducacional da população juntamente com o avanço da produção se influenciam reciprocamente.

Resumindo: não se sustenta o progresso econômico sem o progresso social e vice-versa. O progresso econômico e social é um reflexo do perfil do processo de desenvolvimento, que está a gerar ou gestar algo novo. Eles são interdependentes, por isso o termo progresso socioeconômico será utilizado.

O progresso socioeconômico regional

O progresso socioeconômico deve estimular a mobilidade ascendente nas classes sociais, ou seja, o ideal é que não haja barreiras para que os pobres avancem para se tornar classe média ou classe alta. Também não deve haver barreiras para se produzir, com exceção daquela produção que gera prejuízos ambientais e sociais, o que exige regulação e monitoramento. As barreiras podem ser de ordem política, econômica, religiosa, morais, conforme as características internas de cada sociedade, ou seja, as barreiras ocorrem na forma como pacto institucional em prol do desenvolvimento que se

desencadeia. Do ponto de vista endógeno, modificar um pacto institucional exige superar as barreiras do diálogo, promover acordos que alteram valores, mudam mentalidades, geram novos pactos e estimulam a inovação... Do ponto de vista exógeno, superar as barreiras demanda intervenções externas, mas que são aceitas e acolhidas na região no seu pacto pelo desenvolvimento.

O progresso socioeconômico no seio do processo de desenvolvimento regional é então cumulativo, inovativo, universal, estimula o desenvolvimento humano e age de forma dinâmica modificando ou adaptando arranjos institucionais ao longo do tempo.

Por mais que o progresso possa ocorrer de forma individual, no aspecto regional ele deve transcorrer de forma coletiva, por isso seu sentido universal. Isso demonstra e reforça outro panorama do progresso socioeconômico durante o processo de desenvolvimento regional: as desigualdades no desenvolvimento regional. A difusão do desenvolvimento ao longo do espaço intrarregional e inter-regional e entre os grupos sociais não ocorre de forma homogênea, pois o processo de desenvolvimento econômico é heterogêneo, desequilibrado, desigual e polarizado.

V

POLARIZAÇÃO E REGIÕES SISTEMA

O avanço da análise regional, depois dos anos 1960, incorporou nas suas teorizações a ideia de sistemas. Os teóricos pioneiros na análise espacial, tais como: Alfred Marshall, August Lösch, Alfred Weber, Von Thünen, Walter Christaller, dentre outros, propuseram que havia relações entre as regiões, a localização das atividades produtivas e as decisões de produção. Esses estudos pioneiros da teoria econômica espacial demonstraram as possibilidades e importância da análise de sistemas para compreender a localização das atividades produtivas e sua tendência a aglomeração. Consequentemente, começou a fornecer elementos e ferramentas para se

compreender os aspectos ligados à localização, a hierarquia entre as aglomerações e as disparidades produtivas entre as regiões.

Nos estudos iniciais da teoria da localização, o desenvolvimento de determinadas aglomerações se devia primordialmente à capacidade de atração de determinadas atividades produtivas. Essas atividades produtivas atuam como motoras da economia regional, pois removem a estrutura de produção da sua inércia ou de um baixo dinamismo impulsionando-a a alcançar níveis mais elevados de especialização, de produtividade e ganhos de escala. Isso ocorre pela sua capacidade competitiva em inovar e de se encadear com outras atividades e, consequentemente, gerar emprego e renda.

As atividades motoras eram comumente associadas a industrialização, mas na atualidade algumas atividades inerentes ao setor terciário também podem gerar estímulos, tais como o turismo, os serviços médicos hospitalares, as atividades universitárias. Consequentemente, a magnitude e potencial da atividade motora depende do quanto ela cria ou impacta em outros ramos de atividade econômica, tanto no seu local de origem quanto no seu entorno e regiões de abrangência.

A atividade ou atividades motoras formam cadeias produtivas e, como tal, atuam em forma de rede nas aglomerações e regiões. Isso aponta conexões entre essas atividades e as decisões de gestão da própria atividade motora, bem como de outras conexas a ela. Então, a governança de uma atividade produtiva pode afetar as outras, haja vista que a formação de uma cadeia produtiva envolve o fornecimento e processamento de matérias-primas, bem como força de trabalho para atuar nas estruturas de produção. O estancamento de uma atividade produtiva afeta a competitividade e os negócios de outra.

A estrutura das cadeias produtivas conecta fornecedores, intermediários, assistência técnica, processamento, ou seja, envolvem relações de produção, mas também alianças estratégicas e pactos institucionais entre empresas e centros de formação; entre entidades de governança pública e privadas; entre produtores e processadores; e, entre transportadores e poder público.

Como um sistema é composto por elementos e pelas relações entre eles, essas interações formam arranjos e sistemas produtivos regionais. Esses sistemas podem ser intrarregionais ou inter-regionais, capitaneados pelos ganhos com a cooperação

e a proximidade entre atividades motoras e atividades intermediárias ou complementares.

A proximidade entre as atividades que compõem uma cadeia produtiva estimula a competividade. São trocas de informações e menores custos logísticos. Também fortalece as forças de atração da aglomeração, por meio da oferta de emprego, da circulação de renda e da minimização de custos de transporte. Por exemplo: uma aglomeração pode ser a sede de uma grande empresa agroindustrial, que processa proteína vegetal e animal. Essa empresa estimula a localização de outras do ramo de transportes, manutenção e fornecedoras de insumos. Mas, essa mesma empresa também compra e presta assistência técnica a outros fornecedores localizados no interior da própria região e das regiões que ficam no seu entorno. Ela se torna uma grande compradora intrarregional e inter-regional, mas transferidora de "pacotes tecnológicos" e responsável por uma parcela da modernização produtiva. Por isso, as decisões de produção e governança que ocorrem na região na qual está instalada também afetam as regiões do entorno.

Regiões sistema e a hierarquia das aglomerações

Ao se observar a aplicação da ideia de sistemas regionais de produção, alguns elementos se apresentam, quais sejam: os lugares, sejam eles cidades, regiões ou territórios, e as suas interações com outros lugares. Essas interações ocorrem por meio das relações de produção, culturais ou de poder. A ação e coordenação desse conjunto de elementos formará o pacto institucional ligado a algo chamado "espaço sistema"[31].

No caso da economia regional se formam arranjos produtivos, que podem evoluir progressivamente para sistemas produtivos locais e, quiçá, ao longo do tempo formar distritos industriais, com estruturas produtivas mais competitivas e complexas.

Os distritos industriais aglomeram empresas, em geral de médio e grande porte, com inserção internacional e pouco dependentes do setor público. Esses distritos refletem uma relação de proximidade que reduz os custos de transação,

[31] BAVOUX, J-J . (1998). *Introduction à l'analyse spatiale*. Armand Colin.
LACOUR, C., LAJUGIE, J., & DELFAUD, P. (1979). *Espace régional et aménagement du territoire*. Dalloz.

favorece a trocas de informações, e fortalece um ambiente institucional que estimula a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I)[32].

Já os sistemas produtivos locais reagrupam empresas, mas que contam com o suporte do poder público. Isso já os difere dos arranjos produtivos locais, que aglomeram micro e pequenas empresas. Elas competem, mas também cooperam entre si, sem necessariamente o suporte direto do poder público[33]. Em ambos os casos, as empresas dependem e estão sujeitas a regulação do poder público. O avanço da estrutura produtiva em escala regional demonstra o fortalecimento das relações entre os agentes econômicos e o poder público.

O avanço da estrutura produtiva, além do perfil de aglomeração das empresas, também afeta a sua especialização. Como já mencionado, a atividade motora não precisa ser necessariamente industrial, apesar do papel que a indústria possui na modernização e na oferta de empregos mais estáveis e formalizados. Dependendo do perfil da especialização, as regiões

---

[32] PROULX, M.-U. (2004). Les ressorts de la régulation territoriale: essai. *Lien social et Politiques*, *52,* 151–159. https:// 10.7202/010597ar

[33] RETOUR, D. (2008). Pôles de compétitivité, propos d'étape. *Revue Française de Gestion*, (190), 93-99. https://:10.3166/rfg.190.93-99.

podem se tornar lugares de consumo ou de extração de matérias-primas ou de distribuição ou de processamento e transformação. Da mesma forma que a estrutura produtiva se especializa, as regiões perpassam pelo mesmo processo.

A especialização ou multi especialização das regiões para se inserirem em mercados inter-regionais demonstra que a organização das aglomerações no espaço regional fortalece o seu papel no conjunto do sistema. A forma como esse sistema funciona em prol da produção, da distribuição e interage intra e interregionalmente contribui para o crescimento das economias regionais, o progresso socioeconômico e, com eles, o fenômeno do desenvolvimento regional.

Ao se observar todas as regiões integradas por suas especializações e relações de produção, interagindo em função de uma unidade motora, se percebe a organização do espaço sistema em função de uma hierarquia. Regiões com desenvolvimento mais robusto e unidades motoras mais dinâmicas tendem a atrair mais população e atividades produtivas. Isso confere a essas regiões uma posição hierárquica de destaque entre as regiões.

A hierarquia entre as regiões e internamente nas regiões demonstra a existência de forças de atração (centrípetas) e

repulsão (centrífugas), em especial das aglomerações urbanas que se constituem no interior das regiões. Então, a hierarquia no espaço sistema, cuja representatividade é a massa das aglomerações representada pelo seu *quantum* populacional e produtivo. Essa hierarquia caracteriza quem é centro, quem é periferia, as zonas de repulsão e de atração.

O potencial de atração das aglomerações dentro e entre as regiões contribui para compreensão da natureza das relações entre o conjunto de lugares no espaço regional (ou macrorregional). A ideia de potencial de atração também apresenta outra propriedade: a dominação.

A dominação entre o centro e sua periferia infere o papel das relações de poder nos pactos pelo desenvolvimento. Por exemplo: nas áreas com aglomerações urbanas há uma estrutura de agregação e segregação espacial da população, que é caracterizado pelas relações de poder e as suas relações com o sistema produtivo local, ou seja, há o espaço dos trabalhadores e o espaço dos donos do capital; há as aglomerações que processam e transformam e aquelas que fornecem insumos; há as aglomerações que empregam e aquelas que fornecem força de trabalho.

No sistema regional, a dinâmica do centro é diferente da periferia, o que denota mais ainda a dominação e sua influência nas decisões. Isso por si só já demonstra uma desigualdade regional inerente no processo de desenvolvimento regional, ou melhor, do próprio desenvolvimento capitalista de produção. Ele não se desenvolve de forma homogênea, mas em aglomerações na região.

A capacidade de atração de população e atividades produtivas de uma aglomeração é chamada de polarização e a aglomeração que exerce essa capacidade é chamada de polos[34]. A influência dos polos não é exclusiva de uma região, pois sua influência também sucede interregionalmente. Tradicionalmente, a ideia de polarização era aplicada exclusivamente às aglomerações urbanas. Porém, ao se observar o conjunto das regiões num espaço nacional, se percebe que há regiões que polarizam regiões; aglomerações que polarizam aglomerações. O que reforça a ideia de dominação, de dependência e de progresso socioeconômico desigual em escala intra e inter-regional a partir de um centro.

[34]PERROUX, F. (1982). *Dialogue des monopoles et des nations*: équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

Centros e desenvolvimento regional polarizado

Nos anos 1930, o geógrafo alemão Walter Christaller[35] deu uma contribuição à compreensão da organização do espaço ao apresentar os modelos de centralidade, ou seja, a categoria das aglomerações a partir de localização uma aglomeração mais significativa, que ele denominou de lugar central. No entorno do lugar central, gravitam as outras aglomerações formando um sistema funcional e hierárquico[36].

A partir da discussão de Walter Christaller, no viés das teorizações sobre a localização das atividades produtivas, percebeu-se que na economia regional a dinâmica econômica é desigual, hierarquizada a partir de um centro dominante. Ou seja, a organização do espaço reflete a influência dos lugares centrais. No caso, o lugar central é representado por uma aglomeração urbana, por um polo, que se destaca das demais e domina seu entorno pela concentração no número de habitantes e no volume

[35] Walter Christaller (1893-1969): geógrafo alemão, pesquisador da área de organização do espaço, autor da teoria dos lugares centrais, publicada originalmente em 1933.
[36] CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in Southern Germany*. Prentice-Hall.

de empresas, produção e empregos gerados. Em geral, com um setor terciário bem significativo.

A discussão iniciada por Walter Christaller inspirou a teorização sobre os polos de crescimento e desenvolvimento econômico, que se ampliou nos anos 1960, a partir dos estudos pioneiros de François Perroux[37]. A teoria dos polos foi mais que uma contribuição teórica, pois teve um impacto empírico significativo ao inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional em diversos países, dentre eles a França, Canadá e o Brasil.

Na teoria dos polos, o pressuposto principal é de que o processo de desenvolvimento não é homogêneo, mas localizado. Ele se manifesta em pontos no espaço econômico, com intensidades e impactos locais e regionais variáveis. O que estimula o crescimento e o progresso socioeconômico do polo é a presença da unidade motriz, geralmente de natureza industrial, que aumenta a produtividade, gera emprego e renda e se encadeia com outras atividades produtivas. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento regional depende da industrialização, seja de

[37] François Perroux (1903-1987): economista e ensaísta francês, autor da teoria da polarização em 1955.

forma simples ou complexa, se transmite e é desigual por natureza.[38]

A capacidade de transmissão ou difusão do desenvolvimento a partir dos polos caracterizaria o que seriam os polos de crescimento e de desenvolvimento. Os polos de crescimento, apesar de centros dinâmicos, não estimulam as cadeias produtivas ao longo da sua periferia e, por conseguinte, não estimulam mudanças nas estruturas produtivas para além da área de atuação do polo. Já os polos de desenvolvimento estimulam a formação de cadeias produtivas intrarregionalmente. Estabelece e estimula atividades produtivas no seu entorno e intercâmbios com outras regiões e/ou aglomerações.

A atratividade e influência dos polos regionais

Os polos estabelecem um campo de atração no seu entorno capitaneado pelo tamanho da sua população e das

[38] PERROUX, F. (1988). The pole of development's new place in a general theory of economic activity. In: HIGGINS, B. & SAVOIE, D. R. *Regional economic development: essays in honour of François Perroux*. Moncton: Institut Canadien de Recherche sur le Developpement Regional, 48-76.

atividades motoras, ou seja, quanto maior o polo, maior será a sua influência e atratividade tanto de população quanto de outras atividades produtivas.

Por outro lado, a influência do polo diminui com a distância em relação à periferia. A área de influência dele demonstra um campo de gravidade, que posiciona a localização das atividades e organiza o sistema conforme a necessidade de proximidade com o próprio polo. Então, ele surge como um reflexo da especialização do sistema produtivo, da organização socioeconômica e dos arranjos institucionais de uma determinada região.

Consequentemente, os efeitos da polarização e a área de influência do(s) polo(s) variam de região para região e de país para país. Até os anos 1970 se pensava que os efeitos da polarização dependiam apenas de três fatores: acessibilidade técnica aos fatores de produção; acessibilidade logística às redes de comunicação (rotas de transporte, telecomunicações); acessibilidade social, tanto a mão-de-obra quanto a agentes de decisão[39].

[39] BOUDEVILLE J.-R. (1975). Polarization and urbanization. (The Canadian and French examples). *Économie Appliquée*, *28(*1), 217.

Mas, além de interconexões geográficas, técnicas e sociais, a polarização e mesmo a organização produtiva das regiões dependem de marcos regulatórios e arranjos que por vezes não são gerados internamente, mas pelo poder nacional. Da mesma maneira, as regiões são afetadas por políticas industriais que não são produzidas internamente. A capacidade da região produzir internamente uma política pública industrial depende do arranjo administrativo do estado nacional. Por exemplo: o Brasil é uma federação nos quais os entes federados (união federal, estados e municípios) têm autonomia para promover políticas e programas econômicos, nos limites legais. Outros países não têm a mesma autonomia interna.

Para que a influência do polo seja exercida se fazem necessários arranjos e canais que estabeleçam sua ligação com toda a região e outras regiões. Esses canais e arranjos são tanto tangíveis quanto intangíveis. Por exemplo: os meios de transporte e comunicação são físicos, tangíveis e determinam a rede logística e o acesso aos lugares e mercados; já os pactos e acordos que envolvem a concertação institucional em prol do desenvolvimento regional são intangíveis e refletem as zonas de influência e os arranjos institucionais existentes.

O arranjo institucional busca tirar vantagem das oportunidades que surgem, no caso da economia regional, vantagens mercadológicas. Ele reflete o exercício e os limites das relações de poder entre as organizações.

Diante do exposto, a existência de polos não está baseada apenas em fatores de produção (capital, mão-de-obra, recursos naturais), mas também em relações de poder. A forma como as relações de poder influencia os valores regionais, gera pactos entre os atores regionais, influencia a capacidade de gerir os fatores de produção e estimula uma governança eficiente que promove a concertação pelo desenvolvimento, reforçam a rentabilidade das atividades produtivas aglomeradas e a capacidade da região em acumular capital. Quanto mais as atividades ficam aglomeradas mais se fortalece a concentração das atividades econômicas, que têm na proximidade um fator de diminuição dos custos de transação.

A concertação que fortalece as aglomerações e sua atratividade começa a se enfraquecer quando se iniciam externalidades negativas ligadas à própria aglomeração, tais como: congestionamentos, problemas ambientais, dificuldades logísticas, custo dos imóveis, problemas de segurança pública, dentre outros. Tradicionalmente, as atividades se deslocalizam

para as proximidades da aglomeração original. Mas, fatores diferenciais podem diminuir a atratividade e levar algumas atividades produtivas para mais longe do polo e sua aglomeração, como por exemplo: mobilidade da fronteira agrícola, formação de novos mercados no interior da macrorregião, ações de política pública, externalidades negativas persistentes, dentre outros. Além, é claro, dos conflitos e turbulências internas nas disputas pelo poder, que enfraquecem o arranjo institucional e o pacto em prol do desenvolvimento.

A percepção da atratividade dos polos regionais

A polarização estabelece áreas de influência nas quais os fluxos são superiores em relação a outros lugares. Os fluxos refletem o movimento do comércio, a arrecadação dos impostos, a mobilidade, a oferta e demanda por emprego. Então, nos polos a intensidade dos fluxos internos é superior aos externos. Como são diferentes intra e interregionalmente, isso também se reflete nas desigualdades no processo de desenvolvimento regional. A partir dos fluxos é possível perceber a capacidade de acumular

capital e o potencial de atração das aglomerações e seus sistemas produtivos regionais.

Quanto maior o mercado, maior a atratividade da região e sua área de influência. No caso do mercado consumidor, a atratividade não ocorre apenas pelo tamanho da população, mas também pela renda dispendida. De forma simples, utilizando a massa de população como variável e a distância entre duas aglomerações, se pode ter uma noção da atratividade de ambas. Essa atratividade é pela equação V.1[40]:

$$M_{ij} = P_i P_j (d_{ij})^{-2} \qquad \text{(V.1)}$$

Em que: M_{ij} representa a atração do mercado de duas aglomerações (i e j); P_i e P_j= População das aglomerações i e j, respectivamente; d_{ij} = distância entre as aglomerações.

Um elemento limitante V.1 é de que uma massa de população não significa alta renda. Então, a variável população

[40] BAVOUX, J-J. (1998). *Introduction à l'analyse spatiale.* Armand Colin.

pode ser substituída por outra que reflita maior poder aquisitivo, como a massa salarial ou a massa de rendimentos do trabalho.

Indiferente a variável que represente a massa, a representação matemática da equação V.1 reflete a ideia da atração que utiliza diretamente como princípio as áreas de influência. Quanto maior a distância entre o polo e sua periferia, menor o efeito da influência e, consequentemente, da polarização por meio do seu mercado de bens e serviços. Da mesma forma, quanto maior a distância de um mercado do outro, menor a competição entre eles, pois o elemento distância acrescenta o custo de deslocamento para os consumidores e as empresas. A equação V.1 não leva em consideração que a fricção espacial, ou seja, os obstáculos entre os dois polos podem ser minimizados por obras de infraestrutura, o desenvolvimento e eficiência dos meios de locomoção, a influência da telemática e outras ações que minimizam o custo de deslocamento.

Outro aspecto que minimiza o efeito distância são as características da especialização das aglomerações. Assim, como os polos podem ter sua economia baseada na transformação, na extração de recursos ou na distribuição de bens, outros polos têm como foco de atratividade e dinamismo o potencial do mercado

interno, caraterizado pelos aspectos físicos e culturais, qualificando-os como polos turísticos.

Nos polos turísticos, o patrimônio histórico, artístico e cultural ou mesmo o patrimônio ambiental são os elementos de atração e dinâmica da economia regional. Esses polos não possuem população própria significativa, mas têm uma população temporária, que é atraída pela oferta de serviços, por valores locais. O potencial de consumo não é determinado exclusivamente pela disponibilidade de renda da população local, mas também da população temporária. Isso difere da concepção convencional de que quanto maior a população aglomerada e com acesso a emprego e renda, então maior é o centro de consumo. Pode ocorrer a existência de uma parcela da população que está aglomerada, que não busca emprego, mas com renda. Seja porque veio dispender a renda que poupou em outras regiões seja porque se beneficiou de algum programa de transferência de renda.

Há casos de polos turísticos que são mais centros consumidores, pois não apresentam necessariamente um patrimônio natural ou artístico-cultural. Eles apresentam uma localização significativa do setor terciário da economia. Isso

caracteriza o chamado "turismo de visitação, compras ou de lazer ou serviços". Ou seja, o setor terciário se torna um atrativo para regiões mais distantes pelas suas peculiaridades, pois o prazer de se deslocar e estar em outro lugar para apreciar paisagens naturais, apreciar expressões culturais, apreciar o patrimônio natural por vezes supera os impactos do custo de deslocamento.

Outro fato a destacar é a tendência à diminuição da participação do setor secundário como representativo numa economia ao longo do seu processo de progresso socioeconômico. Isso pode ser confundido como desindustrialização, mas reflete uma propensão nas economias mais desenvolvidas, cuja distribuição de renda é cada vez mais equitativa e o setor terciário vai se fortalecendo.

No aspecto produtivo, o sistema regional apresenta os polos que são centros de recursos e matérias-primas, em geral caracterizados como áreas de extração e de produção de produtos *in natura*; os centros de transformação, capitaneados pelo setor industrial e suas atividades subsidiárias; e, os polos caracterizados como centros de distribuição, liderados pelas atividades de atacado ou pela presença núcleos de estocagem e

distribuição das empresas, em função da rede transportes e o acesso a diferentes mercados.

Ganhos e perdas da polarização regional

A polarização reflete uma atratividade superior à da periferia. Ela é um reflexo da sua dinâmica tanto de população quanto de produção. Ou seja, os polos, por serem mais atrativos, têm mais ganhos de população e de atividades produtivas ao longo do tempo, estimulando o movimento e o ritmo de expansão do produto da economia e da própria aglomeração. Para estimar os ganhos ou perdas de população ou população ocupada em uma atividade produtiva ou até mesmo da produção pode-se usar a equação[41] (V.2):

$$H_r = X_r * \left(\frac{Y}{X}\right) \qquad (\mathrm{V.2})$$

[41] GEIGER, P., & DAVIDOVICH, F. (1974). Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização. *Revista Brasileira de Geografia*, *36(*03), 3-29.

Em que: Y = População ou pessoal ocupado na atividade produtiva ou valor do valor adicionado da atividade produtiva na região no período final; X = População ou pessoal ocupado na atividade produtiva ou valor adicionado da atividade produtiva na região no período inicial; X_r= População ou pessoal ocupado ou valor adicionado da atividade produtiva na aglomeração no período inicial.

Na sequência tem-se:

$$G = \left[\frac{Y_r - H_r}{Y_r}\right] * 100, \text{ quando } Y_r > H_r$$

ou

$$G = \left[\frac{Y_r - H_r}{H_r}\right] * 100, \text{ quando } H_r > Y_r$$

Em que: G = Os valores de ganhos (+) ou perdas (-); Y_r= População ou pessoal ocupado ou valor adicionado da atividade produtiva na aglomeração no período final.

A equação V.2 fornece um índice simples da atratividade do polo, caracterizado como a aglomeração mais significativa da região. Essa equação pode ser adaptada para uma região em

relação à sua macrorregião (país ou estado). Da mesma maneira, pode ser estimada para todas as aglomerações que compõem uma região para perceber a atratividade das suas aglomerações e do seu polo ao longo do tempo.

VI

POLOS DE COMPETIVIDADE E DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS

Há desigualdades naturais intra e inter-regionais, que advém de diferentes características geográficas. Nesse caso, são diferenças regionais. Essas diferenças têm um papel na capacidade e na forma como se pode aproveitar os recursos naturais; no acesso a outras regiões; no perfil das potencialidades econômicas.

Nas regiões em que as condições geográficas impõem barreiras e limitações técnicas e ambientais para a acumulação e

reprodução do capital, ocorrem custos de transação mais elevados. Isso impõe condições diferenciadas e até restrições ao desenvolvimento das unidades motrizes, o que limita a sua competividade.

A competividade é o cerne das discussões mais recentes da teoria da polarização. No século XX, discutiam-se polos de crescimento e desenvolvimento. Atualmente, os polos de competitividade permeiam o debate em torno da formação e manutenção do progresso regional.

Um polo de competividade é mais que um centro de produção, pois está ligado às decisões da atividade produtiva em conjunto com seus parceiros. Caracteriza-se por ser uma aglomeração urbana e empresarial na qual há a cooperação e transferência de conhecimento científico entre empresas, centros de formação e de pesquisa. Ou seja, reflete a aliança entre diferentes agentes econômicos e organizações, o que fortalece a sua importância regional, amplia a capacidade inovativa e reduz os custos de transações.

Em geral, no polo de competividade a sinergia entre esses agentes ocorre no interior de uma mesma estrutura, que alguns

caracterizam como parques tecnológicos, incubadoras.[42] No polo de competividade a cooperação é variada, mas dentro de uma estrutura organizacional cuja governança é da iniciativa privada e é reforçada pelo poder público. Ambos estabelecem um pacto e as regras que marcam essa relação e asseguram que as organizações vão respeitá-las. Essa realidade cria um ambiente institucional diferenciado.

O ambiente institucional

Ao longo da história, para ampliar a competividade e a produtividade, a formação das economias regionais e dos polos demandou pacto em prol de um ambiente institucional que fomentasse e garantisse o acesso a consumidores e fatores de produção; uma governança pública parceira e eficiente; segurança jurídica etc.

Os elementos que compõem o ambiente institucional são estimulados e representam tanto aspectos endógenos, ou seja, um componente diferencial advindo do interior das regiões, que

[42] RETOUR, D. (2008). Pôles de compétitivité, propos d'étape. *Revue Française de Gestion*, (190), 93-99. https://10.3166/rfg.190.93-99.

lhe confere características particulares; como aspectos exógenos, advindos de um componente estrutural ligado às decisões e movimentos externos à região, mas que influenciam o seu desenvolvimento.

Aspectos endógenos ou exógenos podem ocorrer de forma natural, espontânea, mas também de forma impositiva. Mas, sempre são moldados e se adaptam localmente e se distinguem ao longo do tempo. Ou seja, o(s) elemento(s) que estimula(m) a formação de um polo pode mudar no curso da história e levar a formação de um novo polo, gerando novas hierarquizações na economia regional.

O ambiente institucional requer uma atenção especial das organizações, pois o investidor busca uma localização na qual possa minimizar os custos de produção e maximizar a utilidade dos fatores de produção. Então, a formação de um ambiente institucional virtuoso e favorável a acumulação de capital e ao fortalecimento dos empreendimentos e organizações empresariais demanda de um lado aspectos produtivos, quais sejam: produtividade do trabalho; a disponibilidade e eficiência de capital; a disponibilidade e acesso a recursos naturais; e de outro lado demanda aspectos institucionais e sociais, tais como: regras claras e seguras; a receptividade para a inovação e

modernização da estrutura produtiva; o sentimento de pertencimento e a solidariedade entre os agentes econômicos; a gestão pública eficiente, a presença de empreendedores(as) e lideranças proativas em prol do desenvolvimento.

Como os ambientes institucionais se diferem entre as regiões, isso se reflete na magnitude do desenvolvimento e sua desigualdade. A disponibilidade em maior ou menor grau de aspectos que compõem o ambiente institucional incita as forças espaciais centrífugas (dispersão) ou centrípetas (atração). Outro aspecto importante na ação dos aspectos produtivos e institucionais é que seu resultado também promove uma maior ou menor heterogeneidade estrutural e, consequentemente, uma maior ou menor especialização.

Homogeneidade e heterogeneidade estrutural

A homogeneidade e a heterogeneidade estrutural das economias regionais possuem relação com um ambiente institucional virtuoso que garanta a preservação dos recursos naturais e as condições de vida, não imponha barreiras a produtividade dos fatores de produção e estimule a diversificação

e distribuição das atividades econômicas no espaço regional, em especial aquelas de transformação.

A homogeneidade e a heterogeneidade estrutural podem ser estimuladas por mutações e rupturas estruturais. A mutação estrutural é intrasetorial, pois reflete uma mudança interna na composição produtiva de um setor econômico específico, no qual um ramo de atividade começa a se sobrepor a outro, seja em produtividade ou no uso dos fatores de produção. Por exemplo: no setor terciário, uma atividade antes inexpressiva pode ir ganhando dimensão em relação às demais que compõem o setor. Isso reverbera uma mudança na estrutura interna do setor. Se a atividade em mutação levar o setor terciário a se tornar o mais significativo em relação aos demais setores econômicos, ela está produzindo uma ruptura estrutural.

Figura VI.1: Mutação, ruptura e heterogeneidade estrutural

Ocorrência	Característica interna	Indicador
Mutação estrutural	Intrasetorial	Especialização
Ruptura estrutural	Intersetorial	Especialização
Heterogeneidade estrutural	Inter e intrasetorial	Produtividade

Fonte: elaborado pelo autor.

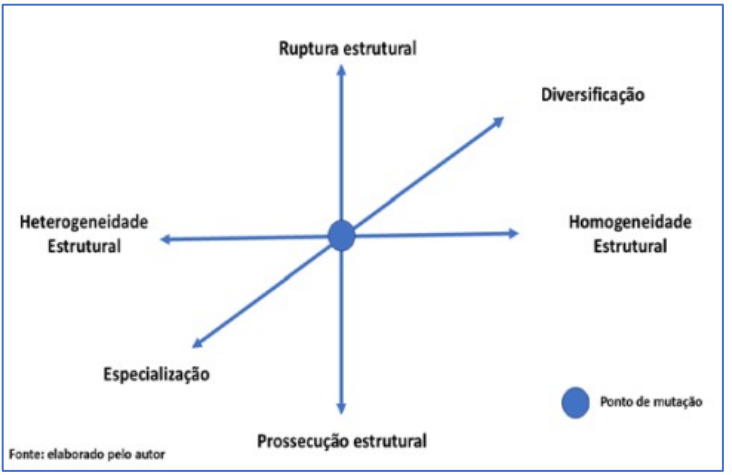
A ruptura estrutural é um processo intersetorial, desequilibrado e reflete as mudanças que ocorrem na especialização produtiva no conjunto da economia regional ou local, ou seja, é resultado da modificação na composição dos setores econômicos e seus ramos de atividade. Em geral, a ruptura estrutural fortalece as atividades ligadas a transformação, comércio e serviços em relação às atividades rurais. No caso, a ruptura muda a especialização dominante e reforça a presença de ramos de atividade econômica mais produtivas.

No interior da estrutura produtiva da economia regional, a ruptura estrutural faz com que ocorra uma mudança virtuosa no nível de produtividade dos ramos de atividade econômica levando a uma maior homogeneidade, em especial quando a região avança nas atividades ligadas a transformação[43]. Uma maior homogeneidade não implica numa igualdade plena na produtividade, mas uma maior proximidade nos níveis de produtividade a patamares mais altos ao longo do tempo numa economia regional mais diversificada e menos dependente do setor primário.

Regiões que não avançam em rupturas estruturais estimuladas pelo seu ambiente institucional e seus valores regionais tendem a permanecer numa situação de prossecução estrutural. Esse processo é ilustrado na Figura VI.2.

[43] SILVA, A. C., & FERRERA DE LIMA, J. (2014). O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *Pensamento Plural*, *15*, 133 – 149.

Figura VI.2: Ruptura, mutação e heterogeneidade estrutural nas economias regionais



Regiões com uma estrutura produtiva mais especializada são mais frágeis a mudanças nos ciclos econômicos. Não significa que elas não tenham crescimento econômico, mas sua dependência de um único ramo de atividade também leva a uma realidade de concentração de poder, um ambiente institucional dominado pelas decisões de uma única unidade produtiva, que por vezes não deseja mudanças e mantém a base econômica numa situação de prossecução dando continuidade numa estrutura produtiva sem mudanças.

Economias regionais que apresentam maior modernização, diversificação e avançam numa homogeneidade estrutural nas suas atividades de transformação têm uma maior convergência virtuosa na produtividade do setor secundário. Isso remete a necessidade de unidades e organizações industriais diversificadas, inovadoras, com boas práticas de governança e competitividade, para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento da base econômica e seus rebatimentos positivos no emprego e renda da população[44].

Economias regionais mais dinâmicas e desenvolvidas tendem a uma maior homogeneidade na produtividade dos fatores de produção com uma menor especialização, em especial a industrial. Ou seja, elas conseguem reduzir diferenciais de produtividade incorporando progresso técnico e ampliando o número de atividades mais complexas. A diversificação e a incorporação de progresso técnico se tornam os diferenciais para minimizar as diferenças de produtividade entre os ramos de atividade que compõe a economia. Isso também remete ao

[44] SILVA, A. C. da. (2021). Heterogeneidade estrutural e a dinâmica da produtividade do trabalho: uma análise por porte da indústria de transformação brasileira. 2021. 146 f. *Tese (Doutorado em Economia)* - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.321

diferencial dos polos de competividade, que conseguem aliar diferentes atores regionais para impulsionar a produtividade das empresas.

É possível perceber a produtividade dos ramos industriais estimando-a ao longo do tempo. A equação VI.1 apresenta essa possibilidade ao estimar a produtividade do trabalho por setor (i) e ramo de atividade ou porte de empresa (j)[45].

$$P = \sum(Pij * Nij)\,, \qquad (VI.1)$$

Em que:

$$Pij = (Qij \div Nij) \qquad (VI.2)$$

$$Sij = (Nij \div \sum Nij) \qquad (VI.3)$$

[45] FAGERBERG, J. (2000). Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study. *Structural Change and Economics Dynamics*, *11*(04), 393-411. https://10.1016/S0954-349X(00)00025-4.
GALEANO, E. V., & WANDERLEY, L. A. (2013) Um estudo sobre o comportamento da produtividade industrial do trabalho nas regiões do Brasil no período de 1996 a 2010. *Geografares*, *15,* 139-180. https://: 10.7147/GEO15.4839.

Em que, P = produtividade do trabalho; Pij = produtividade do trabalho em cada setor e ramo de atividade ou porte de empresa; Sij = participação do emprego de cada setor em cada ramo de atividade ou porte de empresa. Q = o valor da transformação ou valor adicionado do ramo de atividade; N = população ocupada na atividade.

Da mesma forma a equação VI.1 pode ser adaptada para uma relação entre Q e a quantidade de capital fixo ou variável empregado na atividade.

Nas regiões em que há forte especialização e significativa heterogeneidade estrutural, as condições para criar um mercado interno e disseminar o progresso técnico nos diferentes setores produtivos são mais complexas. Um exemplo são as regiões cuja dinâmica depende de operações focadas exclusivamente na produção e extração de bens primários ou em um único ramo industrial, intensivo em capital, sem gerar estímulos para modernizar sua cadeia produtiva, ampliar o emprego e fomentar outros setores. Ou seja, a heterogeneidade estrutural é mais evidente em polos de crescimento.

Como o capital busca mais lucro, consequentemente, ele busca e se instala em aglomerações nas quais usufrua e ganhe

mais eficiência, se beneficie de mais produtividade e goze de mais estabilidade. Então, a desigualdade na dinâmica regional surge da tendência diferenciada entre as aglomerações (ou regiões) em oferecerem um ambiente institucional mais ou menos atrativo a produtividade dos fatores de produção, em especial da força de trabalho.

Polo e política de desenvolvimento regional

No aspecto econômico intrarregional, a política de desenvolvimento regional tende a implementar ações que: a) estimulem um ambiente institucional virtuoso e façam com que as forças de dispersão (centrífugas) ajam por toda a região minimizando forças de atração, ampliando a homogeneidade da localização das atividades produtivas; b) estimulem o aumento da produtividade dos fatores de produção, diminuindo a heterogeneidade estrutural entre as aglomerações e avançando em direção a uma maior convergência e homogeneidade em termos de produtividade.

As forças de dispersão devem repartir, da forma mais equânime possível, as atividades produtivas e a dinâmica

econômica no conjunto das aglomerações, desde que não gerem repulsão ao movimento de atração. Melhor explicando, do polo devem sair forças de dispersão que açodam a tectônica das regiões ou aglomerações periféricas, que compõem o conjunto regional, estimulando a produtividade das suas economias.

O avanço dinâmico das regiões periféricas vai depender da sua atratividade aos estímulos do polo ou da sua capacidade de gerar endogenias que lhe façam avançar indiferente ao polo. No caso, numa região com uma polarização de desenvolvimento, a ação das atividades motoras vai além do polo, pois envolve e estimula a dinâmica das aglomerações periféricas. Porém, mesmo com uma força centrífuga bem significativa, as aglomerações não tendem a uma homogeneização absoluta, completa.

Isso significa que quanto mais fortes são as forças centrífugas agindo sobre a localização das atividades econômicas, a atratividade não será singular, mas plural, o que tende a ampliar a homogeneidade e diminuir a heterogeneidade na região em termos de estrutura produtiva e geração de emprego e renda, consequentemente, de condições de vida. Porém, a homogeneidade intrarregional nunca será na sua totalidade. Isso vale para a ação das forças de dispersão sobre um conjunto de regiões. O que se busca é uma situação mais próxima da

homogeneidade, minimizando as disparidades econômicas regionais.

Percepção da convergência e homogeneidade nas economias regionais

Pelo lado da dispersão das atividades produtivas entre as aglomerações que compõem o espaço regional, as medidas de homogeneidade têm relação inversa com a concentração e direta com a dispersão. Ou seja, se supõe que à medida em que as forças centrífugas agem, a dispersão das atividades produtivas entre as aglomerações aumenta, então a homogeneidade da região tende a aumentar minimizando as disparidades intrarregionais. O mesmo princípio pode ser usado entre as regiões, interregionalmente. O aumento da homogeneidade estrutural pressupõe a diminuição da heterogeneidade estrutural.

Diante do exposto, homogeneidade significa convergência entre os indicadores de emprego e renda, do lado do crescimento regional; esses indicadores demonstram uma melhor tendência no desenvolvimento social e ambiental. Porém, essa convergência não implica numa tendência sempre positiva,

ou seja, as aglomerações podem convergir para uma homogeneidade em termos de baixo dinamismo ou pobreza. Consequentemente, no processo de desenvolvimento regional se busca uma convergência que maximiza a homogeneidade do desenvolvimento em níveis cada vez mais altos de produtividade dos fatores e melhoria nos indicadores sociais e ambientais.

Para uma melhor compreensão, se suporá a existência de um polo com alta atratividade pelas forças centrípetas (atração) e uma periferia que busca ampliar a produtividade dos seus fatores de produção e criar atividades produtivas alternativas. Então, se pode mensurar a convergência de produto entre cada aglomeração e o polo a partir da estimativa do indicador de desvio da aglomeração[46], expressa na equação (V.4):

$$Gi = ln\ (Yip \div Yi) \qquad \text{(VI.4)}$$

[46] SILVA, M. R., & SILVA, S. (2002). Convergência versus divergência. In: COSTA, J.S. (Org.) *Compêndio de economia regional.* APDR, p. 235-262.

Em que: G_i é o desvio da aglomeração i face ao polo; ln é o logaritmo neperiano; Y_{ip} é o nível de produto por habitante do polo e Y_i é o produto por habitante da aglomeração i.

A observação do comportamento do indicador de desvio da aglomeração demonstrará se as aglomerações periféricas estão se equiparando ao polo ou não. À medida que as aglomerações periféricas se equiparam ao polo, significa que sua economia está tendo ganhos ao longo do tempo e talvez até mais dinâmica que a do polo e, consequentemente, há uma tendência à homogeneização em termos de distribuição das atividades produtivas na região. Nesse caso, a homogeneização reflete mais que uma questão de estrutura produtiva, mas uma tendência ao crescimento e aproximação das rendas e da produtividade de regiões diferentes[47].

Outra alternativa é usar o coeficiente de variação da renda ou do produto interno da economia e verificar a média de convergência (MC)[48]. A equação da MC (VI.5) usa como

[47] ALVES, L. F., & FONTES, R. (1999). Noções básicas sobre convergência de renda. *Economia Rural*, *09*(06), 23-29. https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000300003

[48] WILLIAMSON, J. B, .& FLEMING, J. (1977). Convergence theory and the social welfare sector. *International Journal of Comparative Sociology*, *18*(3-4), 242-253.

parâmetro o coeficiente de variação, porque representa a razão entre o desvio padrão e a média. Ao longo do tempo, quanto maior for a diminuição do coeficiente de variação, maior será a convergência. Consequentemente, as regiões estão tendendo a homogeneização.

$$MC = [(CVt1 - CVt2 / CVt1) * 100] \div (t2 - t1) \qquad \text{(VI.5)}$$

Em que: MC/ano = média de convergência; CVt1 = média de variação da variável do ano inicial; CVt2 = média de variação da variável do ano final; t1 = variável no ano inicial; t2 = variável no ano final.

O ideal é que a MC seja estimada ano a ano até se chegar ao ano final para se perceber o comportamento e o ritmo da convergência entre as regiões periféricas e seu polo. Além disso, o MC pode ser usado para se ter um parâmetro da convergência frente às mudanças na estrutura produtiva. Dada as condições iniciais da estrutura produtiva e a forma como elas evoluem, se poderá perceber o quanto influenciam ou não numa maior homogeneidade produtiva entre periferia e centro.

Em termos de resultado, o adequado seria que o ritmo de crescimento da região ou aglomeração periférica fosse superior ao do polo até chegar a um estágio de minimização das desigualdades e de convergência em termos de perfil de crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

Geralmente, quando o polo atinge um certo nível de atração de atividades produtivas, seu ritmo de crescimento tende a ir diminuindo haja vista que ele já possui uma infraestrutura consolidada, oferta limitada de alguns fatores de produção e começa a sofrer o efeito das externalidades negativas da aglomeração, tais como: poluição, congestionamento, competição por fatores de produção. Então, quando o polo começa a saturar seu ritmo de crescimento, a tendência é que os investimentos busquem outros espaços para acumular capital, o que beneficia as regiões periféricas.

Acelerar a convergência do desenvolvimento regional

Para alguns autores clássicos, tais como Simon Kuznets[49] e Jeffrey Williamson[50], o processo de convergência das rendas regionais seria acelerado com a livre mobilidade da mão-de-obra e do capital. Desta forma, o capital tenderia a se dirigir para lugares com maiores retornos (regiões mais desenvolvidas), enquanto a mão-de-obra se dirigiria na direção contrária, para regiões nas quais a produtividade, entendida como produto e renda por trabalhador, fosse mais alto, o que intensificaria o ritmo de alinhamento entre o crescimento e o desenvolvimento das regiões. Crescimento aqui entendido como expansão do produto e desenvolvimento como melhoria das condições de vida, ou seja, o conjunto de benesses que melhoram a qualidade de vida da comunidade, tais como: acesso a saúde e educação de qualidade, equipamentos públicos, recursos naturais.

Jeffrey Williamson e Simon Kuznets acreditam que no início do processo de crescimento as aglomerações e mesmo as

[49] Simon Kuznets (1901-1985): economista russo naturalizado americano. Em 1971, ganhou o prêmio Nobel de economia por seus estudos sobre o moderno crescimento econômico.
[50] Jeffrey G. Williamson (1935-): economista americano, com estudos focados em migração, história econômica e desenvolvimento econômico.

economias regionais tenderiam ao fortalecimento das suas disparidades. Porém, ao longo do tempo essa divergência é corrigida pelas forças do mercado e as economias tenderiam a convergir para níveis mais altos de emprego e renda, gerando maior crescimento e desenvolvimento.

Na teorização de Simon Kuznets[51], na medida em que a região cresce de forma mais acentuada há um aumento da disparidade regional devido à atração de mão-de-obra pelos polos, em geral mão-de-obra mais produtiva. Contudo, os polos demandantes de mão-de-obra qualificada são incapazes de abrigar contingentes populacionais cada vez mais altos, pois a expansão produtiva também atrai trabalhadores com pouca qualificação, num segundo momento no tempo.

O aumento da população acima da capacidade de expansão dos perímetros urbanos e das condições de alocação de habitações gera o encarecimento da moradia e a necessidade de mais infraestrutura urbana e serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Mesmo que a arrecadação de impostos possa aumentar, a pressão de curto-prazo nas despesas públicas pode causar carências na oferta de serviços públicos. Assim, ocorre

[51] KUZNETS, S. (1989*). Economic development, the family, and income distribution: Selected essays*. Cambridge University Press.

uma distribuição desigual da renda e do desenvolvimento socioeconômico. Porém, no longo-prazo, essas assimetrias começam a se alinhar e a desigualdade tende a se reduzir.

Mas, esse é apenas um aspecto, pois as causas da disparidade regional também estão relacionadas com a oferta desigual ou mal aproveitamento dos recursos naturais em cada região, características da força de trabalho e sua migração, eficiência e movimento do capital, heterogeneidade estrutural e políticas governamentais[52].

Para reverter a polarização crescente, ampliar a convergência e reforçar a dinâmica nas regiões periféricas que são especializadas no fornecimento de recursos naturais *in natura*, há a necessidade de se criar valor a partir da transformação local. Ou seja, estimular mutações e rupturas estruturais para que a especialização migre da extração para a transformação. Nesse evento, a política pública deve forçar ou estimular que as empresas de extração de recursos agreguem valor às matérias-primas antes de enviá-las a outros centros de transformação. E

---

[52] KUZNETS, S. (1989). *Economic development, the family, and income distribution*: Selected essays. Cambridge University Press
WILLIAMSON, J. (1965). Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. *Economic Development and Cultural Change*, *13(*4), 1-84.

essa deveria ser uma regra estabelecida na legislação ou nos contratos de concessão[53]. No caso, esse argumento deve ser reforçado por análise custo-benefício, em especial sobre os custos de transação das empresas.

Em suma, a convergência poderá ocorrer num momento no tempo, mas poderá ser num período muito longo para mitigar turbulências e conflitos por recursos e riqueza. O processo de desenvolvimento é desequilibrado e tem uma temporalidade que varia de região para região.

Então, somente os interesses do mercado não são suficientes para mitigar as disparidades intra e inter-regionais. Até porque há os interesses das empresas, do estado e da sociedade civil organizada. Mais uma vez a ideia de pacto e concertação pelo desenvolvimento é reforçada. Isso demonstra o papel do estado e da política pública. Para ilustrar, a Figura VI.3 apresenta o modelo centro-periferia de Proulx[54], utilizado para explicar o caso de Quebec, Canadá.

---

[53] PROULX, M.-U. (2020). Les pôles dans leur espace périphérique. *Revue Organisations & Territoires*, *29*(01), 27–32. https://: 10.1522/revueot.v29n1.1121

[54] PROULX, M.-U. (2021). Transitions structurelles en périphérie québécoise. *Cahiers de Géographie du Québec*, *66*(186), 335–347.

Figura VI.3: Política pública e o modelo centro-periferia de Proulx.

Fonte: adaptado de PROULX, 2021

A política pública também tem um papel importante no processo de desenvolvimento regional e na correção de assimetrias. Tanto que a associação positiva entre desenvolvimento e inversões estatais já é conhecida. O aumento nos investimentos do poder público tende a elevar o grau de desenvolvimento. Porém, quando as regiões vão consolidando suas infraestruturas e atingindo melhores indicadores

socioeconômicos, o grau de desenvolvimento vai se desacelerando. Isso demonstra que a atuação do poder público é relevante, em especial com uma eficiência maior dos seus investimentos e estímulos no início do processo de desenvolvimento. Com o passar do tempo, na medida em que o Estado intensifica seus investimentos, cria-se um dinamismo interno de forma cumulativa que conduz por si só o desenvolvimento econômico[55].

A política pública pode gerar um *start* no processo de crescimento e desenvolvimento regional, mas quando os efeitos da política pública atingem seu limite e começam a se esgotar, os agentes econômicos devem gerar uma concertação em prol da continuidade do processo de desenvolvimento, superando desigualdades e ampliando uma maior convergência regional.

[55] RAIHER, A. P., & FERRERA DE LIMA, J. (2009). A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios Paranaenses. *Informe GEPEC*, *13*(02), 121–137. https://: 10.48075/igepec.v13i2.1880.

VII

FORÇAS TERRITORIAIS E VALORES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

No âmbito do desenvolvimento regional, além das forças de atração (centrípetas) e de dispersão (centrífugas) há também as forças territoriais agindo nas regiões. Essas forças espaciais conduzem ou podem levar a cinco possibilidades no processo de desenvolvimento: mover o processo de desenvolvimento, retirando-o da estagnação; desacelerar o processo de desenvolvimento, colocando-o numa situação de baixo dinamismo; parar o processo de desenvolvimento, colocando-o em inércia ou estagnação; nova direção do processo de desenvolvimento; estimular uma nova forma do processo de desenvolvimento.

Apesar do seu impacto no processo de desenvolvimento, as forças centrífugas e centrípetas dependem de fatores internos

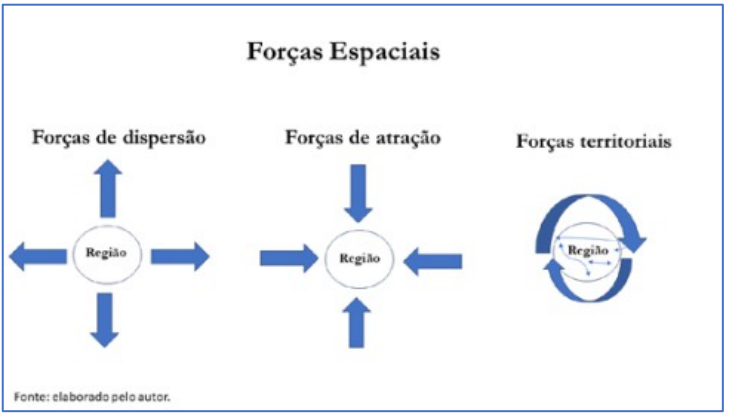
e externos às regiões, no caso, a fatores endógenos e exógenos respectivamente. Por exemplo: uma força de dispersão pode ser gerada pela repulsão de uma determinada região ao processo de desenvolvimento. Essa repulsão pode ser causada por externalidades negativas, tais como: o saturamento da região decorrente da exaustão dos recursos naturais; pelo congestionamento e alta densidade populacional; pela perda ou estagnação da eficiência do capital; pela perda ou estagnação da produtividade da força de trabalho; pela poluição crescente, deteriorando recursos naturais e condições de vida. Além destes, os conflitos sociais, mudanças climáticas, dentre outros, também levam a região a se tornar menos atrativa a investimentos causando perda de dinamismo e estagnação. Com o tempo, até a transferência de capitais e força de trabalho para outras regiões. Em suma, a repulsão demonstra um ambiente institucional impróprio para investimentos e mudanças sociais afetando desenvolvimento sustentável.

Se uma região barra ou causa incertezas aos investimentos, outras os absorvem. Ou seja, a perda em uma economia regional reflete o ganho de outra. Por isso, a ação das forças de dispersão não afeta da mesma maneira o espaço inter-regional. Explicando melhor: há uma região emissora das forças

de dispersão e há uma ou mais regiões receptoras. Cada região tem particularidades no seu ambiente institucional e distâncias diferentes da região emissora. A forma como os fluxos de investimentos, as compras e a mobilidade dos fatores de produção chegam e estabelecem uma relação entre a região emissora e receptora ocorre de forma diferenciada.

As forças de dispersão e atração também são resultado dos encadeamentos produtivos gerados pela(s) unidade(s) motriz(es), que estimula(m) a aglomeração no seu entorno; ou que estimula a desaglomeração para outras regiões, a fim de fortalecer sua acumulação de capital. Em alguns casos, são características particulares das regiões que favorecem ou não essas forças. Mas, as forças de dispersão e atração também podem ser estimuladas por incentivos fiscais e políticas públicas específicas de desconcentração produtiva. O que avigora uma força pode inibir a outra e vice-versa.

Figura VII.1: Forças espaciais agindo no desenvolvimento regional.



Já as forças territoriais têm uma perspectiva diferente das forças de dispersão e atração, pois são endógenas por natureza e surgem internamente nas regiões. Por exemplo: enquanto os polos se beneficiam dos efeitos das economias de aglomeração para estimular as forças de atração, nas forças territoriais é uma atmosfera interna que promove o ambiente institucional e o pacto pelo desenvolvimento.

Consequentemente, as forças territoriais dependem dos valores intrínsecos à região e suas localidades, que fomentam o sentimento de pertencimento, estimulam o pacto pelo desenvolvimento, geram um ambiente institucional que provoca

rupturas estruturais, ou seja, modificam a especialização e a composição dos setores econômicos. O conjunto de valores intrínsecos às regiões são nominados valores regionais. Isso significa que há um rol de valores regionais que têm a capacidade de dinamizar as forças territoriais e o crescimento e desenvolvimento regional pela base.

Forças territoriais e os valores regionais de desenvolvimento

As forças territoriais surgem endogenamente. Como elas ocorrem sempre pela base, então não dependem apenas dos ativos territoriais, mas também das ações dos indivíduos ou dos coletivos locais e regionais em prol do seu próprio desenvolvimento. A região toma em mãos o seu próprio desenvolvimento para criar, estimular e fortalecer suas potencialidades. Isso fomenta a estrutura produtiva, a interação social e a melhoria nas condições de vida.

Em geral, quando o movimento em benefício do desenvolvimento ocorre de forma coletiva e envolve os diversos atores regionais, se torna capital social, cada vez mais inclusivo e equitativo. Isso não exclui o empreendedorismo individual,

caracterizado pela criação de pequenos empreendimentos, que ao mobilizarem os fatores de produção criam emprego e renda. Um exemplo disso são os arranjos produtivos locais, que geralmente surgem da ação de um empreendedor individual em uma determinada localidade. Esse empreendedor é seguido e imitado por seus vizinhos, parentes ou conterrâneos e criam um aglomerado de pequenos empreendimentos, que concorrem com produtos similares, mas também cooperam entre si. No seu conjunto, essas atividades produtivas formam uma unidade motora. Mesmo que ela se inicie em um local específico, ao longo do tempo pode provocar transbordamentos para o restante da região estimulando o crescimento regional e alternativas de desenvolvimento. Ou mesmo, incentivando novos empreendedores de outras localidades pelo exemplo. O resultado é o impacto regional de uma ação localizada.

Então, as forças territoriais são sensíveis a valores regionais que levam a formação de capital social, concertação e ao pacto pelo desenvolvimento, estimulando a proatividade dos atores regionais em quatro vértices, expostos na Figura VII.2.

Figura VII.2: Vértice dos valores regionais de desenvolvimento.

O vértice dos valores regionais de desenvolvimento representa: o fortalecimento do capital social (cooperação ou associativismo) como concertação e governança em prol do desenvolvimento; o fortalecimento do empreendedorismo individual ou coletivo a partir do interior da região; o sentimento de pertencimento na estrutura social e econômica; e, o fortalecimento e valorização da inovação.

A inovação pode advir de um conhecimento novo aplicado ou do próprio conhecimento tácito da comunidade. O conhecimento tácito é aquele que se transmite entre as gerações, reflete um patrimônio imaterial, as habilidades e o saber-fazer da

comunidade, o que se torna um diferencial tanto para reforçar o seu sentimento de pertencimento quanto para inovar, quando ganha o mercado e gera emprego e renda.

Em suma: as regiões inovam e avançam num ambiente institucional virtuoso a partir de suas próprias forças e de acordo com seus recursos e sua atmosfera coletiva. Por isso, os valores regionais refletem a moral, as regras, os conhecimentos e ideias próprias, absorvidas e moldadas ao longo do tempo.

Como nem todas as regiões possuem os mesmos ativos, o mesmo patrimônio material e imaterial, alguns desses valores não se reproduzem em outras regiões, mas podem ser estimulados e adaptados[56]. Por isso, há valores, ativos e potencialidades que são inerentes a algumas regiões e outras que se constroem no processo histórico de desenvolvimento, e as diferenciam na capacidade empreendedorismo, cooperação, pertencimento e inovação.

[56] CARDOSO, C. S., & BATISTA, S. G. (2013). Inovação da oferta turística com base nos valores locais: um estudo do Geoparque Seridó, RN, Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, *13(*02), 150-161.

Forças territoriais, ativos e criatividade

Os valores regionais, ao moldar o ambiente institucional e fortalecer o capital social, estimulam as forças territoriais, modificam o uso dos ativos da região e, consequentemente, criam ou estimulam novas potencialidades regionais.

Alguns ativos territoriais são inerentes às regiões, como o perfil da sua geografia física, o perfil dos seus povos originários. Outros são herdados com o processo de conquista do território, como a miscigenação étnica e cultural, conformando novos costumes, gerando o folclore, moldando a arquitetura, formando um patrimônio tangível e intangível. Mas também há ativos e potencialidades que são construídas exclusivamente em momentos precisos da história regional, com a ação do empreendedorismo visionário e inovador, do trabalho coletivo ou das necessidades locais. Dentre os ativos e potencialidades construídas a partir de valores locais e dos ativos territoriais destacam-se aquelas inerentes à ação da economia criativa[57].

A economia criativa surge do uso do conhecimento, das habilidades, da imaginação para criar e inovar, transformar e

[57] FERRERA DE LIMA, J. (2024). Desenvolvimento regional baseado em valores locais. In: Zamberlan, C. O., & Defacci, F. A., & Caetano, J. B. *Patrimonizalização desenvolvendo territórios*. Editora Ipes.

aproveitar o ativo territorial, expresso no patrimônio natural, cultural e aspectos produtivos particulares do território.

A economia criativa baseada em valores é imaterial, pois surge do intangível, da singularidade e os diferenciais tanto do indivíduo quanto da sua região ou comunidade, para direcionar o processo de desenvolvimento. Por exemplo, o folclore, a musicalidade, a literatura, a dança, o artesanato, as esculturas, as vestimentas locais, o desenho, a estética, os ornamentos, a urbanização, a paisagem, a flora, a fauna, as características do bioma e da ação do homem no espaço natural. O resultado da economia criativa, além de gerar emprego e renda, será produzir uma força territorial que adaptará e gerará um novo patrimônio cultural, novos ativos[58].

A economia criativa, ao precificar elementos tangíveis ou intangíveis do território, mercantiliza e cria patrimônio cultural com valoração econômica. Algumas comunidades não aceitam a mercantilização do patrimônio cultural, dos ativos territoriais. Para que a economia criativa produza uma força territorial que

[58] KUHN, S. L., & FERRERA DE LIMA, J. (2015). Histórico da economia criativa e a conjuntura dos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná. *Revista Orbis Latina*, *5(*1), 89-108.

impulsione o desenvolvimento regional, ela deve fortalecer o capital social, a coesão da comunidade[59].

Para se avançar no desenvolvimento das regiões a partir de valores locais, utilizando a economia criativa como forma de criar e valorar o patrimônio natural, cultural ou histórico, deve-se fortalecer elementos ligados ao desenvolvimento humano e outros ligados a organização e uso do lugar. Dentre esses elementos, pode-se citar:

1) A aprendizagem coletiva, pois além das condições de vida, a comunidade deve, ao longo do tempo, fortalecer a uma "mentalidade" de desenvolvimento que implica na proatividade, na valorização do coletivo e do patrimônio cultural, no estímulo para empreender e gerenciar as comunidades. Em geral, quando as pessoas valorizam suas comunidades, o seu pertencimento, elas mobilizam seus pares para proteger aquilo que reflete sua identidade regional e o seu desenvolvimento humano.

2) O desenvolvimento humano, pois a fragilidade das regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento está em ser capaz criar melhores condições de vida e integrar as comunidades ao processo de desenvolvimento.

---

[59] DORMAELS, M. (2013). Valor universal e valores locais: qual o lugar conferido às populações? O exemplo da cidade de Arequipa, no Peru. *Revista o Público e o Privado*, (22), 101-114.

3) O aceite à sociodiversidade, que reflete as expressões culturais e étnicas e permite a convivência e o relacionamento com diversos grupos. Regiões que dependem do turismo ou de imigrantes necessitam fortalecer a capacidade de convívio. Há grupos sociais, que mesmo divididos por idioma, cultura e marcos de fronteira ainda conseguem construir a comunicação e ações coletivas. A sociodiversidade forma uma paisagem, um mosaico cultural refletido na arquitetura, nas formas materiais de produção que se tornam atrativos e reforçam a vitalidade do território.

4) A proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, o que implica na sustentabilidade do desenvolvimento. A pressão sobre a produção conduz ao esgotamento e exaustão de recursos naturais. Então o modelo de desenvolvimento se torna importante tanto no aspecto de preservação dos recursos naturais, quanto na capacidade de construir alternativas ao próprio desenvolvimento. Para construir essas alternativas, o ambiente institucional deve ser permeado pelo diálogo entre o urbano e o rural, entre as representações da sociedade civil e as organizações produtivas. Em geral, as sociedades migram para novos modelos de desenvolvimento após rupturas estruturais extremas na economia, tais como: esgotamento dos recursos

naturais, impactos climáticos ou mudanças em ciclos econômicos. Quando o impacto é extremo, as sociedades são forçadas e se repensar os seus valores regionais para construir um novo modelo de desenvolvimento. Para as regiões que não sofreram esses impactos, mas estão em risco de decadência, a questão de convencimento dos atores regionais sobre a necessidade de um novo perfil de desenvolvimento, socialmente inclusivo e ambientalmente correto se torna o primeiro passo para forças territoriais em prol de um novo desenvolvimento.

5) O capital social, ou seja, a capacidade de organização coletiva, de associativismo e de abertura a diferentes culturas. Algumas regiões, mesmo sem diversidade sociocultural, não conseguem produzir elementos de coesão social para gerar resultados coletivos. Outras são capazes de criar o diálogo mesmo frente a uma grande sociodiversidade. A capacidade das regiões em fortalecer seu capital social garante a sua proteção contra interesses escusos e a preservação dos seus valores e do ambiente institucional.

Os elementos citados reforçam a ideia de que não existem valores regionais bons ou ruins, mas valores pouco ou não aproveitados na sua integridade. É certo que esses valores estão sempre sujeitos a mutações, a inconstância e volatilidade,

da mesma forma que o ambiente institucional. Ambos são evolutivos, movendo e sendo movidos por forças territoriais. Então, os valores locais preservados reforçam a identidade territorial, mesmo sob a influência e domínio de outras culturas. E esses valores se tornam atrativos da economia criativa, pois são o reflexo do novo e do diferenciado num processo de globalização que padroniza hábitos e costumes.

Em resumo: desenvolvimento regional a partir de forças territoriais também exige a concertação e o pacto entre os diferentes atores envolvidos em prol do processo de desenvolvimento, mas ele parte sempre do interior das regiões e das ações da comunidade.

VIII

INTEGRAÇÃO REGIONAL E BASE ECONÔMICA

O processo de integração regional aqui discutido implica na adaptação dos regramentos e na melhoria do padrão de desenvolvimento por meio do fortalecimento das interrelações comerciais e culturais e até mesmo união administrativa entre as regiões. No caso, a ideia de padrão de desenvolvimento remete a uma regularidade previsível no fenômeno que conduz a uma situação sempre melhor que a anterior, caracterizando progresso econômico e social.

No caso, quando uma região se integra com outra, ambas formam um todo complementar, coerente e completam-

se entre si. Ao buscar a integração, as regiões visam alcançar uma posição mais elevada na escala do desenvolvimento, utilizando essa estratégia para atingir tal objetivo. Integrar-se, portanto, significa inserir-se de maneira harmoniosa em um grupo, com o propósito de obter ganhos em termos de desenvolvimento. Nesse contexto, a integração regional conecta as diferentes áreas ao longo de seu processo de desenvolvimento. As atividades implementadas pelas regiões integradas convergem para um mesmo fim: superar um estágio mais atrasado e alcançar um nível mais avançado nos indicadores econômicos, sociais, ambientais e institucionais.

Integração também está relacionada à coesão do ambiente institucional, quando povos se conectam a outros e formam um todo em regramentos implícitos e explícitos modificando e alargando seu capital social. Então, integrar regiões não implica apenas em alinhamento ou inserção comercial, mas também na concertação de um código de conduta e de pertencimento.

Em geral, os agentes econômicos, os meios de comunicação social e uma parcela da opinião pública e influenciadores associam a integração regional com acordos comerciais, anexação de territórios e áreas de livre-comércio.

Porém, a integração transcende esse ponto, pois envolve povos que se veem como correligionários, companheiros e reconhecem suas instituições e valores.

Outro ponto a frisar é que toda a integração tem uma espacialidade própria. Há a espacialidade das trocas mercantis, mas há também a espacialidade das relações sociais, das trocas culturais, dos interesses políticos e dos arranjos e concertações de cooperação técnica.

Independentemente do tipo de integração e de suas implicações, todo processo integrativo é caracterizado por um fenômeno social, que é resultante de um processo social-natural, no qual não existem apenas elementos cuja lógica é dada pelas "leis" que governam a relação entre os indivíduos[60]. No âmbito da produção e distribuição da riqueza há leis econômicas. No âmbito da discussão da salvação da alma há leis espirituais e religiosas. No que concerne o convívio e a harmonia entre os indivíduos há regramentos jurídico legais e de pertença. Em qualquer caso, há regramentos formais e informais, que moldam o ambiente institucional e a coexistência em coletiva e pacífica, formam os estados, os territórios, a sociedade.

---

[60] SANTOS, M. (2003). *Economia espacial.* (2ª ed.) EdUsp.

Assim, a ideia de integração transcende o aspecto puramente econômico e envolve questões sociais e culturais, relações de poder, o capital social. A forma como estas questões são tratadas no âmbito das políticas públicas e das ações da sociedade civil organizada é que vai indicar o quanto os agentes econômicos estão dispostos e capazes de se integrar.

Integração pela base econômica

A integração das regiões a partir da sua base econômica, ou seja, a(s) atividade(s) motora(s) que oferece(m) sustentação e suporte a dinâmica da sua estrutura produtiva e, consequentemente, gera emprego e renda para a população, depende das trocas inter-regionais. Essas trocas podem ser tanto de bens quanto de serviços qualificados e não-qualificados, aqui incluída também uma força de trabalho obreira.

Nesse caso, as trocas entre as diferentes regiões são fator determinante de crescimento e interação regional e, quiçá, o desenvolvimento regional. Então, a integração pela base econômica envolve as relações produtivas com os demais espaços que compõem o território nacional e internacional e está

voltada para os fluxos comerciais inter-regionais de produtos, serviços e fatores de produção[61].

No entanto, o ponto de partida para a existência dos fluxos comerciais exige a produção de excedentes e como a região se insere nesses fluxos. Ou seja, depende da especialização, competitividade e na forma como os agentes econômicos regionais se integram na lógica de produção. A integração na lógica de produção pode ser dependente, autônoma ou colaborativa.

A dependência no sentido das trocas comerciais ocorre quando a região não consegue diversificar seus mercados e não amplia sua pauta de exportação para além de bens *in natura*. Ela mantém uma troca desigual, que condiciona seu desenvolvimento a uma base econômica com pouca ou nenhuma complexidade tecnológica. Consequentemente, uma base econômica autônoma reflete o inverso, ou seja, regiões com mercados diversificados, maior valor adicionado dos seus produtos e um rol de diversificação na sua pauta de exportação. Mas, também, há a possibilidade de uma base econômica

[61] PIFFER, M. (2024). A formação da base econômica no Paraná: um texto crítico. *Informe GEPEC*, *28*(1), 312–324. https://: 10.48075/igepec.v28i1.32663.

colaborativa, marcada pela transferência de tecnologia e "saber-fazer" entre as regiões e organizações envolvidas no processo.

Por outro lado, quando a integração transcende o aspecto puramente comercial, ela envolve questões sociais e territoriais para promover a conexão entre as regiões.

Questões sociais e territoriais na integração regional

No que se refere às questões sociais, estas abrangem quatro aspectos: o reconhecimento do "outro" e de seus aspectos institucionais, ou seja, as regiões que se integram adotam uma postura de respeito mútuo, não agressão e convergência em seu ambiente institucional; o segundo aspecto é a capacidade produtiva e inovadora do capital humano; o terceiro envolve as disparidades de renda e qualidade de vida nos espaços regionais; e, por fim, o quarto é o sentimento de pertencimento, em que a habilidade de cooperar e se associar se torna fundamental para a construção coletiva de regiões integradas.

Se houver disparidades muito grandes de renda entre as regiões, também haverá tendências de migrações

intrarregionais e inter-regionais afetando as condições de vida tanto das áreas mais pobres quanto abastadas. Isso significa uma mudança significativa no progresso socioeconômico, nas rotas de comércio, de investimentos e de localização da mão-de-obra. Nota-se, então, que melhorias na renda e nas condições de vida estão altamente associadas. Uma é reflexo da outra e ambas se refletem no processo de desenvolvimento regional.

Com isso, um dos principais *focus* da discussão em torno da integração é o fortalecimento do desenvolvimento regional, pois uma maior padronização e harmonização do desenvolvimento inter-regional se faz necessária. Em alguns casos, essa harmonização envolve a transferência de recursos das áreas mais ricas para as mais pobres, a criação de programas sociais, a criação de metas de desenvolvimento e no incentivo ao capital social.

A transferência de recursos das regiões mais ricas às mais pobres é como um imposto negativo intrarregional. As áreas mais ricas destinam parte do seu excedente para a melhoria nas condições de vida e investimentos nas áreas mais pobres, minimizando o esvaziamento populacional e estimulando o desenvolvimento. A transferência de recursos é a garantia contra uma mobilidade indesejada da mão-de-obra. Além disso,

possibilita a construção de espaços de saúde, lazer e conhecimento, rodovias e a formação de um mercado consumidor mais amplo nas sub-regiões.

Já a criação de programas sociais vem complementar a transferência de recursos em infraestrutura e garantir que a população tenha acesso a ela. Com os programas sociais criam-se os incentivos à escolaridade, à garantia da renda mínima, à garantia a nutrição, da proteção contra o desemprego e da melhoria na qualificação. Os programas sociais protegem os mais frágeis e lhes oportunizam avançar em melhores condições de vida.

Quanto as metas do desenvolvimento, estas envolvem o planejamento das políticas públicas, do suporte às atividades produtivas e a criação de mecanismos contra a corrupção. Com isso, o desenvolvimento regional fica acima dos interesses locais e passam a ser da coletividade. Assim, o planejamento se volta para interesses da coletividade local, como um reflexo dessa coletividade integrada a outras no futuro.

Já o incentivo ao capital social envolve questões de valores regionais e de identidade regional, que se constrói ao longo dos anos, pois engloba o patrimônio intangível da região,

como o folclore, a história, as tradições e o sentimento de pertencimento das populações.

Nas regiões que avançam de maneira autônoma no processo de desenvolvimento, a população valoriza, respeita e se sente parte do local onde vive. Esse respeito e essa valorização advêm da admiração e do querer da sua região. O seu sentimento de pertencimento também é sua identidade regional. Com o tempo, isso transforma o desenvolvimento e a qualidade de vida em valores intocáveis e que devem ser mantidos por aqueles ou aquelas que detêm o poder.

A identidade regional se torna um elemento fundamental para a formação de um espírito integrativo, empreendedor e cooperativo. O indivíduo só vai empreender sobre algo que ele confia, estima e sinta que pode usufruir seus frutos. Essa confiança surge da sua história na região, das suas relações com a comunidade e da forma como o poder constituído oferece liberdade ao livre empreendimento. O que se percebe desde os tempos coloniais. Enquanto nas colônias de povoamento, o objetivo dos colonizadores foi construir uma nova pátria ou uma extensão da pátria de origem, nas colônias de exploração houve apenas o interesse ligado a acumulação e exportação das riquezas. Com isso, a forma de desenvolvimento

das colônias de povoamento foi diferenciada da forma de exploração, garantindo na primeira uma melhor condição de progresso ao conseguirem sua independência. Assim, a organização do espaço e sua forma de ocupação também influem sobre a integração e a identidade regional.

Integração regional, identidade e valores regionais

Os traços comuns, como língua, tradições, caracteres e origens são elementos importantes para definir a identidade de um indivíduo ou mesmo de uma coletividade. Eles auxiliam num processo de integração, mas não únicos. Por exemplo: a geopolítica e as possibilidades de progresso também estimulam as regiões a fortalecerem seus laços comerciais e sociais.

Como já foi mencionada, a melhoria na qualidade de vida e na distribuição da renda são elementos que também estimulam a integração e fortalecem a coesão social e o desenvolvimento humano. Nenhuma sub-região tem interesse em se integrar para perder suas condições de vida. Além disso, o ser humano tende a querer mais a menos, mais riqueza e menos pobreza. Da mesma forma, no desenvolvimento regional, os

indivíduos querem se integrar com a possibilidade do progresso e não de subdesenvolvimento.

Neste sentido, antes de qualquer processo de integração de forma direcionada, deverá se promover um ambiente institucional voltado a organização e o planejamento da distribuição da riqueza e do bem-estar social ao longo dos espaços regionais. A falta da distribuição do bem-estar social e do acesso a riqueza tornam-se um obstáculo à integração, pois não confere uma noção de identidade coletiva, mas de subserviência e dependência. O que deve nortear o discurso e a possibilidade de integração é a ideia de que os povos podem progredir mais e melhor de forma conjunta. Por isso, o processo de integração envolve um conceito de identidade que engloba o progresso e o bem-estar social.

Por exemplo: num processo de integração, as mesmas condições de acesso ao conhecimento devem ser oferecidas a todas as regiões e sub-regiões. A educação deve atender desde a qualificação da mão-de-obra até a valorização cultural do espaço e da própria integração. Essa prática oportunizará todas as condições similares de competir no mercado de trabalho e acabará com a ideia de exclusão induzida ou marginalidade, que são obstáculos para o desenvolvimento humano.

O mesmo ocorre com a qualidade de vida. O acesso a ela promove no indivíduo uma consciência política da sua necessidade e manutenção, pois o bem-estar se torna um direito universal. Assim, o processo de educação não é apenas um processo de alfabetização e de tecnificação da mão-de-obra, mas de cidadania, de libertação e formação de um capital social que fortalecerá a identidade e o sentimento de pertencimento da população.

A integração regional, capital humano e mudança no poder

Todo plano de desenvolvimento regional visando um maior progresso socioeconômico por meio da integração entre as regiões necessita de ações de melhoria e acesso ao capital humano nas sub-regiões. Quanto a isso, pode-se afirmar que não existe desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável sem melhorias no capital humano. Por capital humano entende-se o conhecimento, as habilidades, as competências e sua capacidade de inovação. Então, melhorar o nível e a qualidade da educação é aprimorar as condições do capital humano, garantir a sustentabilidade do crescimento no longo-prazo e criar vínculos

com a história e a cultura local. A própria realidade empírica tem comprovado esses fatos[62].

Num estudo feito para as regiões do Brasil se comprovou que o aumento na escolaridade dos adultos com mais de 25 anos teria um impacto nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Da mesma forma, esse aumento de escolaridade também tinha rebatimentos nas condições de vida formando um círculo virtuoso de desenvolvimento.[63]

A melhoria na educação e o estímulo à ciência incentiva o empreendedorismo e com ele a produção de inovações. Inovações no sentido de novas técnicas de produção, na criação de novos produtos, no desenvolvimento e descoberta de novas matérias-primas, na abertura de novos mercados e no aprimoramento da logística[64].

---

[62] SCHULTZ, T. W. (1993). The economic importance of human capital in modernization. *Education Economics*, *1(*01), 13–19. https://10.1080/09645299300000003.

[63] RAIHER, A. P., & FERRERA DE LIMA, J. (2018). Human development and underdevelopment in Brazil. *Economía Sociedad Y Territorio*, (56), 77–105. https://10.22136/est0939.

[64] SCHUMPETER, J. A. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. (2ª ed.) Nova Cultural.

Mais do que integrar, a identidade produzida para a integração deve ser capaz de criar ações para estimular a qualificação o desenvolvimento humano e tornar os indivíduos em agentes de desenvolvimento e inovação, com o fortalecimento da cooperação, consequentemente, do seu próprio progresso. Em suma: qualquer programa de desenvolvimento regional passa pela integração dos espaços sub-regionais tanto do ponto de vista econômico quanto da criação de uma identidade coletiva e cooperativa nas regiões. Para isso, há a necessidade de avanços na qualificação e capacitação do capital humano criando as condições necessárias à unificação e sustentabilidade do progresso.

Teoricamente, a implementação de políticas de integração regional e de criação de uma identidade coletiva parece algo fácil. No entanto, sua implementação encontra os interesses políticos locais e as condições de poder como principal obstáculo. Conforme já foram mencionadas, a integração e a melhoria nas condições do capital humano e qualidade de vida implicam na criação de consciência coletiva e uma mudança nas condições de domínio nas regiões.

Evidentemente, a mudança nas relações de poder está diretamente relacionada ao ambiente institucional e o controle

social nas regiões. O que pode ser um obstáculo em alguns processos, pode ser um elemento balizador em outros. Assim, a questão política do uso e exercício do poder muda de acordo com as características de cada região e das diretrizes necessárias para implementar a integração.

Por exemplo: o processo de integração regional e a formação de uma identidade coletiva própria implicam em reformas. Estas induzem a negociação e pactuação com os detentores do poder constituídos nos grupos políticos locais e nos representantes da sociedade civil organizada. Isso envolve tanto questões ligadas a transferência de renda e riqueza, como na organização social da região e nas prioridades em termos de investimentos e o foco das políticas públicas. A forma como essas questões vão ser implementadas depende do diálogo, da coesão e da concertação entre os interesses dos grupos sociais.

Na realidade, a integração deve ser um compromisso assumido por todos os agentes econômicos e a comunidade. Por isso, eles devem fazer parte, junto com a sociedade organizada, do gerenciamento e discussão de todas as ações em prol do desenvolvimento. O que implica no planejamento participativo das ações e do direcionamento dos recursos.

A forma como essa participação vai ser implementada deve ser discutida no âmbito da comunidade regional, dando a ela o acesso e a transparência nas informações. Isso produz também o aprendizado coletivo e valorização da democracia e cidadania.

Conforme mencionado, um processo de integração não é uma tarefa fácil, mas possível. No âmbito das economias regionais, esse processo se torna mais penoso, pois elas têm de se enquadrar na legislação, nos hábitos, nos processos educativos, nos processos culturais e na distribuição dos recursos financeiros. Além disso, as economias regionais não têm poder sobre a política macroeconômica do Estado.

Já no âmbito da integração entre economias nacionais, além do já mencionado para as economias regionais, os programas de fomento devem ter características diferenciadas, dadas as desigualdades em termos de desenvolvimento entre as nações, além da quantidade de grupos e interesses ligados ao processo. Nesse caso, as ações são mais lentas e negociadas. Vê-se o caso da União Europeia, cujas discussões começaram em meados de 1950 e sua implementação com a adoção da moeda única ocorreu na virada do século.

Em todo caso, todo o processo de crescimento e desenvolvimento conjunto tende a fortalecer as economias regionais, tanto no aspecto puramente econômico quanto político. Além de fortalecer os laços comerciais e culturais e o progresso socioeconômico, o que reforça o papel da integração.

****

BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. F., & FONTES, R. (1999). Noções básicas sobre convergência de renda. *Economia Rural*, *09(*06), 23-29.

BAVOUX, J-J . (1998). *Introduction à l'analyse spatiale*. Paris, Armand Colin.

BOUDEVILLE, J.-R. (1975). Polarization and urbanization. (The Canadian and French examples). *Économie Appliquée*, *28(*1), 215-241.

CARDOSO, C. S., & BATISTA, S. G. (2013). Inovação da oferta turística com base nos valores locais: um estudo do Geoparque Seridó. *Caderno Virtual de Turismo*, *13(*02), 150-161.

CAPELLO, R. (2016). Il futuro delle Scienze Regionali tra crisi e opportunità. *Eyesreg - Giornale di Scienze Regionali*, *06(*04), 96-98.

CLAVAL, P. (2008). Espace et territoire: les bifurcations de la science régionale. *Géographie, Économie et Société*, *10(*02), 157-184.

CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in Southern Germany*. Prentice-Hall.

DORMAELS, M. (2013). Valor universal e valores locais: qual o lugar conferido às populações? O exemplo da cidade de Arequipa, no Peru. *Revista o Público e o Privado*, (22), 101-114.

FAGERBERG, J. (2000). Technological progress, structural change and productivity growth: an comparative study. *Structural Change and Economics Dynamics*, v. 11, n. 04, p. 393-411. https://:10.1016/S0954-349X(00)00025-4.

FERRERA DE LIMA, J. (2024). Desenvolvimento regional baseado em valores locais. In: Zamberlan, C. O. & Defacci, F. A., & Caetano, J. B. Patrimonizalização desenvolvendo territórios. Editora Ipes.

GALBRAITH, J. K. (1984). *A anatomia do poder*. Pioneira.

GALEANO, E. V., & WANDERLEY, L. A. (2013) Um estudo sobre o comportamento da produtividade industrial do trabalho nas regiões do Brasil no período de 1996 a 2010. *Geografares*, *15,* 139-180. https://: 10.7147/GEO15.4839.

GEIGER, P., & DAVIDOVICH, F. (1974). Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização. *Revista Brasileira de Geografia*, *36*(03), 3-29. https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/161.

ISARD, W. (1960). The scope and nature of Regional Science. *Papers in Regional Science*, *6*(1), 9-34. https://: 10.1111/j.1435-5597.1960.tb01698.x.

HICKS, J. R. (1987). *La estructura social*: una introducción a la economía. (2ª ed.). FCE.

KUZNETS, S. (1989). *Economic development, the family, and income distribution*: Selected essays. Cambridge University Press.

JOYAL, A. (2019). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). *Informe GEPEC*, *23,* 191–209. https://: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

KUHN, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (3ª ed.) Editora Perspectiva.

KRUGMAN, P., FUJITA, M., & VENABLES, A. (1999). *The spatial economy: Cities, regions and international trade*. The MIT Press.

KUHN, S. L., & FERRERA DE LIMA, J. (2015). Histórico da economia criativa e a conjuntura dos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná. *Revista Orbis Latina*, *5(*1), 89-108.

LACOUR, C., LAJUGIE, J., & DELFAUD, P. (1979). *Espace régional et aménagement du territoire*. Dalloz.

MILL, J. S. (1979). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos*. (2ª ed.) Coleção Os Pensadores, *XXXIV*. Nova Cultural.

NORTH, D. C. (1994). Economic performance through time. *The American Economic Review*, *84(*03), 359–368.

PERROUX, F. (1963). A Ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo. *Análise Social*, *01(*02), 173-182.

PERROUX, F. (1982). *Dialogue des monopoles et des nations* : équilibre ou dynamique des unités actives? Presses Universitaires de Grenoble.

PERROUX, F. (1988). The pole of development's new place in a general theory of economic activity. In.: HIGGINS, B., & SAVOIE, D. R. *Regional economic development*: essays in honour of François Perroux. Institut Canadien de Recherche sur le Developpement Regional.

PIFFER, M. (2024). A formação da base econômica no Paraná: um texto crítico. *Informe GEPEC*, *28(*1), 312–324. https://10.48075/igepec.v28i1.32663.

POPPER, K. (1980). *A lógica da investigação científica*. Abril Cultural.

POPPER, K. (1973). *Objective knowledge*: an evolutionary approach. Oxford University Press.

PROULX, M.-U. (2020). Les pôles dans leur espace périphérique. *Organisations & Territoires*, *29*(01), 27–32. https://10.1522/revueot.v29n1.1121

PROULX, M.-U. (2004). Les ressorts de la régulation territoriale : essai. *Lien social et Politiques*, (52), 151–159. https://10.7202/010597ar

PROULX, M.-U. (2021). Transitions structurelles en périphérie québécoise. *Cahiers de Géographie du Québec*, *66(*186) 335–347.

RAIHER, A. P., & FERRERA DE LIMA, J. (2009). A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios Paranaenses. *Informe GEPEC*, *13*(02), 121–137. https:// 10.48075/igepec.v13i2.1880.

RAIHER, A. P., & FERRERA DE LIMA, J. (2018). Human development and underdevelopment in Brazil. *Economía Sociedad Y Territorio*, (56), 77–105. https:// 10.22136/est0939.

RETOUR, D. (2008). Pôles de compétitivité, propos d'étape. *Revue Française de Gestion*, (190), 93-99. https://10.3166/rfg.190.93-99.

SANTOS, M. (2003). *Economia espacial*. (2ª ed.). EdUsp.

SILVA, A. C. da. (2021). Heterogeneidade estrutural e a dinâmica da produtividade do trabalho: uma análise por porte da indústria de transformação brasileira. 2021. 146 f. *Tese (Doutorado em Economia)* - Universidade Federal de Uberlândia. http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.321.

SILVA, A. C., & FERRERA DE LIMA, J. (2014). O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *Pensamento Plural*, *15*, 133 – 149.

SILVA, M. R., & SILVA, S. (2002). Convergência versus divergência. In: COSTA, J.S. (Org.) *Compêndio de economia regional*. APDR.

SCHULTZ, T. W. (1993). The economic importance of human capital in modernization. *Education Economics*, *1(*01), 13–19. https://10.1080/09645299300000003.

SCHUMPETER, J. A. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. (2ª. ed.). Nova Cultural.

SCOTT, W.R. (2008). *Institutions and organizations: ideas and interests*. (3ª ed.) Sage Publications.

WILLIAMSON, J. (1965). Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. *Economic Development and Cultural Change*, *13(*04), 1-84.

WILLIAMSON, J. B., & FLEMING, J. (1977). Convergence theory and the social welfare sector. *International Journal of Comparative Sociology*, *18(*3-4), 242-253.

****

O AUTOR

Jandir Ferrera de Lima, brasileiro, natural de Palmeira das Missões (RS), é doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec (UQAC)/Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Professor dos Programas de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE. Membro do Conselho Internacional do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT) do Canadá. Membro da Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG) e da Regional Science Association International (RSAI).

E-mail: jandir.lima@unioeste.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8590492041554583
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0359-0670
Rg: https://www.researchgate.net/profile/Jandir-Ferrera-De-Lima

****

Outras obras do autor:
La diffusion spatiale du développement économique régional (2010).
Géoéconomie et développement régional (2012)
Economia Territorial: Teoria e Indicadores (2022)

“Nas regiões que avançam de maneira autônoma no processo de desenvolvimento, a população valoriza, respeita e se sente parte do local onde vive. Esse respeito e essa valorização advêm da admiração e do querer da sua região. O seu sentimento de pertencimento também é sua identidade regional. Com o tempo, isso transforma o desenvolvimento e a qualidade de vida em valores intocáveis e que devem ser mantidos por aqueles ou aquelas que detêm o poder.”

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MESTRADO EM ECONOMIA
UNIOESTE

PGDRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO • UNIOESTE

COLEGIADO DE ECONOMIA
UNIOESTE-TOLEDO

Núcleo de Desenvolvimento Regional
unioeste